

**UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ**  
**Fernanda Figueira Morales Borges**

**AS METAS DE DESENVOLVIMENTO DO  
MILÊNIO: UM ESTUDO DO MUNICÍPIO DE  
PINDAMONHANGABA**

**Taubaté – SP**  
**2007**

**UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ**  
**Fernanda Figueira Morales Borges**

**AS METAS DE DESENVOLVIMENTO DO  
MILÊNIO: UM ESTUDO DO MUNICÍPIO DE  
PINDAMONHANGABA**

Dissertação apresentada como requisito para  
obtenção do título de Mestre em Gestão e  
Desenvolvimento Regional do Departamento  
de Economia, Contabilidade, Administração e  
Secretariado da Universidade de Taubaté  
Orientador: Prof. Dr. Luiz Panhoca

**Taubaté – SP**

**2007**

**FERNANDA FIGUEIRA MORALES BORGES**  
**AS METAS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO: UM ESTUDO DO MUNICÍPIO**  
**DE PINDAMONHANGABA**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção da qualificação para o Título de Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional do Departamento de Economia, Contabilidade, Administração e Secretariado da Universidade de Taubaté.

Data: 09/Março /2007

Resultado: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Luiz Panhoca          Universidade de Taubaté - UNITAU (orientador)

Assinatura \_\_\_\_\_

Prof. Dra. Olga Maria Panhoca da Silva          Universidade Estadual de Santa Catarina -  
UDESC          (professora convidada)

Assinatura \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Fábio Ricci          Universidade de Taubaté - UNITAU

Assinatura \_\_\_\_\_

Dedico este trabalho aos meus pais, meus grandes incentivadores.

Ao meu marido, Claudinei, à minha filha Ana Clara: a razão de minha vida.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por guiar meus passos nessa jornada.

Aos meus amados pais, Paulo e Schirley, que me apoiaram em tudo quanto necessário para completar essa caminhada. Obrigada pela confiança em minha capacidade de superação.

Ao meu marido, Claudinei, à minha filha, Ana Clara, que souberam compreender minhas ausências.

Ao Prof. Dr. Luiz Panhoca, pelo carinho e competência com que orientou esta pesquisa.

A todos os Professores do programa, em especial ao Prof. Dr. Fábio Ricci, ao Prof. Dr. Cidoval Moraes de Souza, e à Profa. Dra. Maria Júlia Xavier Ribeiro, que colaboraram com muito carinho para a realização deste projeto.

À Profa. Dra. Olga Maria Panhoca da Silva da Universidade de Santa Catarina - UDESC, a quem agradeço sinceramente pela colaboração e disposição em fazer parte deste trabalho.

À Alda que, na Secretaria do curso, sempre me atendeu com carinho e atenção.

Aos funcionários do escritório do IBGE de Pindamonhangaba que disponibilizaram informações detalhadas sobre o Município.

Aos funcionários da Biblioteca Municipal "Maria Bertha César" pelo apoio nas pesquisas bibliográficas.

A todos os funcionários da Subprefeitura de Moreira César, que se dedicam a promover a melhoria da qualidade de vida da população.

Aos meus colegas de classe que tanto me incentivaram.

"O melhor governo é aquele que nos ensina a governar a nós mesmos."

Johann Wolfgang Von Goethe  
(1749-1832). Poeta alemão.

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo relacionar o desenvolvimento do Município de Pindamonhangaba com os oito objetivos do milênio coordenados pela ONU (Organização das Nações Unidas). Os objetivos do milênio originaram-se das grandes conferências internacionais, tal como a RIO 92 realizada no Brasil, e propõem-se a reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento sustentável no período de 25 anos, entre 1990 e 2015. Na reunião de Cúpula do Milênio, realizada na cidade de Nova York no ano de 2000, 191 países, incluindo o Brasil, reafirmaram o compromisso de cumprir as oito metas para o desenvolvimento mundial até 2015. Para a elaboração deste trabalho, foi realizada uma pesquisa descritiva associada a um estudo de caso, utilizando-se a mesma metodologia empregada pela Fundação SEADE para a elaboração do Relatório Estadual de Acompanhamento 2005. O estudo baseou-se em dados da Fundação SEADE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Ministério da Saúde e Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, que contribuíram para o esclarecimento do problema de pesquisa. Estando o município de Pindamonhangaba localizado na região do Vale do Paraíba, uma das mais prósperas do país, espera-se obter, como resultado deste trabalho um panorama das ações empreendidas pelo Município para viabilizar o alcance das metas até 2015.

Palavras-chave: Objetivos do milênio; desenvolvimento sustentável; desenvolvimento mundial.

## **ABSTRACT**

This work intent to relate the development of the Pindamonhangaba city with the eight millennium goals, coordinated by the United Nations. The millennium goals was originated from some of the international conferences, such as Rio 92 in Brazil, and it proposes to reduce the poverty and promote sustainable development in 25 years, between 1990 e 2015. During the 2000 Millennium Summit, in the city of New York, 191 countries, including Brazil, reaffirmed their compromises with the eight goals to the world's development until 2015. To elaborate this work, a descriptive research was done associated with a case study, using the same method used by the SEADE Foundations to elaborate its State Report 2005. This study was based on data from the SEADE Foundation, Brazilian Institute of Geography and Statistics - IBGE, the Health Ministry and the Brazilian Institute of City Administration - IBAM, that contributed for the research problem solution. As Pindamonhagaba is located in the Paraíba's Valley Region, one of the most prospers regions of the country; it is intend to achieve, as a result of this work, a scenario of actions apprehended by the city to make the goals possible until 2015.

Key words: Millennium goals. sustainable development. world development.



## LISTA DE ABREVIÇÕES

**Ajuda Pública para o Desenvolvimento (APD):** termo definido pelo Comitê de Assistência para o Desenvolvimento (CAD), da OCDE, para dar aos países em desenvolvimento uma ajuda que: a) é dada pelos governos e b) é direcionada à promoção do desenvolvimento econômico e bem-estar social. A cooperação técnica está incluída nessa ajuda. Subvenções, empréstimos e créditos para propósitos militares estão excluídos. Todos os governos que concedem APD, agora o fazem em forma de subvenções.

**CAD:** Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE. É onde 21 países doadores, junto com a Comissão Européia, decidem a forma de se elevar o nível e a efetividade da ajuda para todos os países que a recebem.

**Corporação Transnacional (CTN):** companhia que possui ou opera negócios de manufaturas ou serviços em mais de um país. Há, hoje em dia, mais de 60 mil corporações transnacionais, com mais de 600 mil associados estrangeiros. As vendas, das maiores 200 companhias combinadas, são maiores que as vendas conjuntas de todos os países, subtraídos os dez maiores. A maior de todas elas é a cadeia de supermercados Wal-Mart, com vendas globais de US\$ 206,8 bilhões em 2002.

**Empresas de Médio e Pequeno Porte (EMPP):** empresas que empregam entre 50 a 250 trabalhadores.

**Estratégia de Redução da Pobreza (ERP):** O Estudo da Estratégia de Redução da Pobreza (EERP) descreve a estratégia nacional, desenhada por governos de países de baixa renda, sobre como serão gastos os recursos para a redução da pobreza. O EERP parte do diagnóstico das causas da pobreza, identifica os resultados na redução de pobreza que os países desejam atingir e as ações públicas essenciais – mudanças de política, reformas institucionais, programas e projetos – necessários para alcançar esses resultados. O EERP deve estabelecer metas, indicadores e sistemas de monitoramento. A abordagem EERP começou em 1999 como parte da iniciativa para os PPME do Banco Mundial e do FMI.

**Facilidade de Ajuste Estrutural Reforçado (FAER):** uma estrutura do Banco Mundial, criada em 1987, para os países com baixa renda e problemas de longo prazo no Balanço de Pagamentos. Ela oferece suporte a programas de ajuste estrutural macroeconômico. A FAER foi desenvolvida a partir da Facilidade de Ajuste Estrutural, FAE, e foi substituída pela Redução da Pobreza e Facilidade de Crescimento, RPFC.

**Fundo Monetário Internacional (FMI):** organismo internacional constituído, principalmente, por funcionários de tesouros nacionais e bancos centrais, fundado em 1944, com 184 países membros. A sua função é promover a saúde financeira da economia mundial. O FMI assessora os governos em políticas macroeconômicas, ajuda a superar crises e concede empréstimos para ajudar os países a administrar seus problemas com o Balanço de Pagamentos. Em 1999, o FMI adotou a redução da pobreza como um objetivo, além da estabilidade econômica. A sua estratégia para ajudar na redução da pobreza, em parceria com o Banco Mundial, apóia-se no alívio de dívidas, na promoção do crescimento econômico e no foco em gastos do setor social.

**G-7:** grupo dos sete países mais industrializados - EUA, Inglaterra, França, Itália, Japão, Alemanha e Canadá (responsáveis por 45% da riqueza mundial – US\$ 21 trilhões).

**Instituições Financeiras Internacionais (IFI):** diferem de bancos de desenvolvimento, como o Banco Mundial e o Banco de Desenvolvimento Asiático (BDA). São autoridades monetárias, como o FMI.

**Investimento Estrangeiro Direto (IED):** a compra ou a construção de bens duradouros (p. ex. terras, edifícios, equipamentos e empreendimentos) em um país (país anfitrião) por empresas e pessoas de outro país (país fonte). Esse conceito não inclui o investimento estrangeiro na bolsa de valores.

**Meta de 0.7% APD/PNB:** em 1969, uma comissão da ONU recomendou que os países industrializados deveriam oferecer pelo menos 0,7 % de seus Produtos Nacionais Brutos (PNB) em forma de *Ajuda Pública para o Desenvolvimento*, APD. A meta foi aceita pela maioria dos países industrializados, mas tem sido cumprida por poucos.

**Organizações da Sociedade Civil (OSC):** essas organizações preenchem o espaço entre o estado e o setor privado. Elas incluem grupos de arte e cultura, grupos religiosos, ONGs, grupos ativistas de temas específicos, entidades sem fins lucrativos, cooperativas, associações de pais e professores, sindicatos, esportistas, clubes, grupos de voluntários de caridade, clubes de trabalhadores. Alguns são pequenos e localizados, outros são grandes e globalizados.

**Organizações Não Governamentais (ONGs):** são um subgrupo das organizações da sociedade civil, tendem a ser bem organizadas e incluem grupos de voluntários ou organizações que são: a) independentes e sem fins lucrativos; b) organizadas localmente, nacionalmente ou internacionalmente e; c) direcionadas a influenciar padrões de desenvolvimento social, ambiental e/ou econômico por meio de estratégias de pressão e advocacia.

**Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE):** um grupo de 30 países que compartilham princípios de adesão a economias de mercado, democracia e respeito aos direitos humanos. Em sua maioria são nações industrializadas e economias em transição.

**Países Menos Desenvolvidos (PMD):** quarenta e oito países pobres e vulneráveis, definidos pela ONU como tendo uma renda *per capita* anual de menos de um dólar por dia.

**Países Pobres Muito Endividados (PPME):** são 41 países que foram assim qualificados por serem muito endividados e pobres (33 na África, 4 na América Latina, 3 na Ásia e um no Oriente Médio). A dívida de um país deve alcançar 150% de suas exportações para que possa entrar nessa lista.

**Produto Interno Bruto (PIB):** é a medida da produção nacional e por consequência da atividade econômica. É o valor total dos produtos e serviços gerados dentro de determinado período (normalmente um ano), excluindo da conta a renda de origem estrangeira dos nacionais e o envio de renda para proprietários estrangeiros. Ele pode ser também a medida da renda, dos gastos ou da produção. Produto Nacional Bruto (PNB) tem o mesmo conceito, mas acrescido das transferências internacionais de renda de proprietários nacionais e estrangeiros. O PNB tem um conceito similar ao da Renda Nacional Bruta – RNB.

**Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC):** formas de encontrar, reunir, e manipular informação, para depois apresentá-la e transmiti-la. A TIC inclui a fabricação de computadores e a provisão de *software*, programação e serviços de comunicação, como o *e-mail* e a Internet.

**OTS:** organização do terceiro setor.

**Pegada Ecológica:** conceito desenvolvido por Mathis Wackernagel e William Rees, autores do livro “Our Ecological Footprint - Reducing Human Impact on the Earth” (1996), exprime a área produtiva equivalente de terra e mar necessária para produzir os recursos utilizados e para assimilar os resíduos gerados por uma dada unidade de população.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Investimentos no ensino básico.....	75
Tabela 2 – Partos cesários x partos normais em 2003 (%).....	86
Tabela 3 – Taxa de incidência de HIV/AIDS, tuberculose, hanseníase e malária ....	88

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fatores componentes do IDH .....	37
Figura 2 – Escala de agregação de valores .....	50
Figura 3– Porcentagem de pobres em 2000 .....	71
Figura 4– População indigente em 2000 .....	73
Figura 5 – Índice de Pobreza Municipal .....	74
Figura 6 – Taxa de Escolarização de 04 a 06 anos em 2000 .....	75
Figura 7 – Freqüência ao ensino fundamental em 2000 .....	76
Figura 8 – Freqüência ao ensino médio em 2000 .....	77
Figura 9 – Taxa de Escolarização Feminina e Masculina em 2000.....	78
Figura 10 – Defasagem do rendimento Feminino em relação ao Masculino em 2000.....	79
Figura 11 – Mortalidade Infantil por mil nascidos vivos em 2003 .....	81
Figura 12 – Mortalidade Materna por cem mil nascidos vivos .....	84
Figura 13 – Porcentagem de mães que tiveram 7 ou mais consultas de pré-natal em 2004 .....	85
Figura 14 – Porcentagem de partos realizados em hospitais em 2004 .....	85
Figura 15 – Taxa de mortalidade por HIV/Aids por cem mil habitantes em 2003 ....	87
Figura 16 – Existência de água canalizada em pelo menos um cômodo em 2000 .....	91
Figura 17 – Existência de rede coletora de esgoto ou pluvial em 2000 .....	92
Figura 18 – Taxa de ocupação de jovens de 15 a 24 anos em 2000 .....	93
Figura 19 – Domicílios com linha de telefone fixo instalada em 2000 (%)..	94

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Conferências Mundias sobre o Desenvolvimento .....	41
Quadro 2 – Metas e indicadores para erradicar a pobreza extrema e a fome .....	53
Quadro 3 – Metas e Indicadores para atingir o ensino básico universal .....	54
Quadro 4 – Metas e indicadores para promover a igualdade entre os sexos .....	55
Quadro 5 – Metas e Indicadores para reduzir a mortalidade infantil .....	56
Quadro 6 – Metas e indicadores para melhorar a saúde materna .....	58
Quadro 7 – Metas e indicadores para o combate á AIDS, à malária e outras a doenças.....	59
Quadro 8 – Metas e indicadores para garantir a sustentabilidade .....	61
Quadro 9 - Metas e indicadores para uma parceria mundial para o desenvolvimento .....	63
Quadro 10 - Programa Sociais do Município .....	72
Quadro 11 - Difusão de convênios e operações na área ambiental em Pindamonhangaba em 2002.....	90

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
1.1.O PROBLEMA.....	27
1.2. OBJETIVOS.....	28
1.2.1.Objetivo Geral.....	28
1.2.2. Objetivos Específicos.....	28
1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	28
1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....	29
<b>2. AS BASES CONCEITUAIS.....</b>	<b>31</b>
2.1 O PNUD e os Objetivos do Milênio.....	33
2.2. Desenvolvimento Humano Sustentável.....	34
2.3. Índice de Desenvolvimento Humano .....	37
2.4. Princípios da Declaração do Milênio.....	40
2.5. Objetivos, Metas e Indicadores.....	41
2.5.1 Metas e Indicadores para erradicar a pobreza e extrema fome.....	53
2.5.2 Metas e Indicadores para atingir o ensino básico universal.....	54
2.5.3 Metas e indicadores para promover a igualdade entre os sexos.....	55
2.5.4 Metas e indicadores para reduzir a mortalidade infantil.....	56
2.5.5 Metas e indicadores para melhorar a saúde materna.....	58
2.5.6 Metas e indicadores para combater a AIDS, a malária e outras doenças.....	58
2.5.7 Metas e indicadores para a sustentabilidade ambiental.....	60
2.5.8 Metas e indicadores para uma parceria mundial para o desenvolvimento.....	61
<b>3 METODOLOGIA .....</b>	<b>66</b>
<b>4 RESULTADOS.....</b>	<b>70</b>
4.1 Objetivo 1 – Erradicar a extrema pobreza e fome.....	70
4.2 Objetivo 2 – Universalizar a educação primária.....	74
4.3 Objetivo 3 – Promover a igualdade entre os sexos e autonomia da mulher.....	77
4.4 Objetivo 4 – Reduzir a mortalidade infantil.....	80
4.5 Objetivo 5 – Melhorar a saúde materna.....	83
4.6 Objetivo 6 –Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças.....	86
4.7 Objetivo 7 – Garantir a sustentabilidade ambiental.....	89
4.8 Objetivo 8 – Parceria mundial para o desenvolvimento.....	92
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>95</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>103</b>
ANEXO A – Localização geográfica do Município.....	109
ANEXO B – Dados do Município.....	110

## 1 INTRODUÇÃO

A agenda de compromissos definida pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) não compreende muitos dos direitos de cidadania e metas de desenvolvimento social pactuados pelas sociedades brasileira e paulista, inscritos nas Constituições Federal e Estadual, em estatutos, planos de ação de ministérios e secretarias estaduais, etc, e que configuram uma pauta de compromissos mais ampla, ambiciosa e desafiadora para o poder público e para a sociedade brasileira (SEADE, 2005).

Porém, a agenda ODM resgata e prioriza direitos que ainda não são usufruídos por parcelas significativas da população. Devido a essa dificuldade, o relatório elaborado pela Fundação SEADE optou por empregar, tanto quanto possível, os indicadores-chave preconizados pela ONU, embora as estatísticas públicas disponíveis, em particular as do Estado, permitam construir outros indicadores para avaliar as metas definidas. Dessa forma, buscou-se garantir a compatibilidade de escopo temático e a comparabilidade metodológica entre os Relatórios ODMs produzidos nos Estados e países (SEADE, 2005).

Para a realização deste trabalho, foram utilizados os dados obtidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Fundação SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério da Saúde e Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM, os quais realizam o levantamento do perfil dos municípios brasileiros e sistematizaram os indicadores necessários à realização da pesquisa.



Utilizou-se a metodologia empregada pela Fundação SEADE para a elaboração do Relatório de Acompanhamento Estadual 2005, que procura atender à proposta do PNUD que sugere que os governos nacionais e subnacionais organizem relatórios periódicos - os Relatórios de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - com um painel de indicadores-chave retratando a situação social do país e suas regiões.

Neste estudo, foi realizada uma pesquisa social descritiva, por meio do levantamento de indicadores existentes como instrumento de coleta de dados, associada a um estudo de caso, objetivando descrever uma realidade.

Visando a posicionar o leitor em relação à problemática motivadora deste trabalho faz-se um retrospecto discursivo que parte da, denominada por Kapra (2002), revolução da informação.

Seguindo-se, também, as determinações de Sohler (2004) para se realizar a análise das estratégias e da gestão social e ambiental, faz-se necessária uma contextualização do cenário mundial nas três últimas décadas.

Considerou-se, igualmente, o princípio de recursividade, chamado operador dialógico (MORIN, 2002). Não se objetiva a síntese, pois o pensamento complexo não é um pensamento de síntese, é uma tentativa de reaprendizado na idéia de condição humana, enfrentar as incertezas e captar a identidade terrena. Remete-se, portanto, à antropeútica; a ética do gênero humano como indivíduo, sociedade e espécie. Na verdade, este trabalho é uma tentativa de seguir essa lógica pós-moderna, implica sempre uma relação de tensão, não existe uma harmonia, resgata-se a tensão e tenta-se estabelecer através do trabalho um canal de comunicação.

Este trabalho, também, vai de encontro aos movimentos globais que exemplificam um novo tipo de estratégia que é típica da nossa “era da informação”.

No final do séc. XX, formou-se uma impressionante coalizão global de ONGs, com estratégias de gestão social e ambiental lastreadas nos valores centrais da dignidade humana e da sustentabilidade ecológica. Essas organizações conectaram-se eletronicamente para a formulação de propostas e ações conjuntas. Suas ações orquestradas, baseadas em estratégias de rede, permanentemente modificaram o clima político no que diz respeito ao tópico: globalização econômica. Elas, igualmente, propõem uma série completa de alternativas das práticas comerciais, incluindo-se propostas concretas e radicais para reestruturar as instituições financeiras globais, propostas essas que modificariam profundamente a natureza da globalização. (BROWN et al., 2001; HAWKEN, 1993; HAWKEN; LOVINS ,1999; CASTELLS, 1998 e 2000).

Devido à utilização estratégica e habilidosa da *Internet*, as ONGs conseguem relacionar-se em rede, compartilhar informação e mobilizar seus membros com velocidade sem precedentes. Como resultado, as novas ONGs globais emergiram como atores efetivos, independentes das instituições nacionais ou internacionais. Elas constituem, assim, um novo tipo de sociedade civil global (HAWKEN, 1993; PAULI, 2000).

Essa visão não é unânime, para Coutinho (2004), em detrimento das lutas sociais, especialmente as que se voltam para objetivos mais amplos, as ONGs projetaram ações individualizadas e focalizadas, cumprindo um papel ideológico importante para a implementação das políticas neoliberais. Definido como um

espaço de “participação da sociedade” contribuíram decisivamente para desorganizar movimentos sociais na década de 1990. A função social da ideologia do “Terceiro Setor” não consiste em oferecer aos sujeitos um conhecimento cientificamente adequado das estruturas do capitalismo e muito menos das particularidades das relações sociais em tempos de neoliberalismo. No Brasil, elas foram legalmente respaldadas pela Reforma do Estado, implementada por Bresser Pereira, que rompeu o conceito universal de público estatal (COUTINHO, 2004).

O Terceiro Setor e sua parte mais visível, as ONGs, ascenderam a um patamar de “co-responsabilização” pelas questões públicas. Com o eufemismo “publicização” reforçou justamente a “desresponsabilização” do Estado para com as políticas sociais. (COUTINHO, 2005).

O que parece ser o ponto focal para maior e mais dinâmica coalizão dessas ONGs é a eco-estratégia: um esforço conjugado para re-configurar nossas estruturas físicas, cidades, tecnologias, e indústrias, de modo a torná-las ecologicamente sustentáveis (CAPRA 2002).

Para Petras (2002), as OTS não produzem qualquer efeito no Produto Interno Bruto – PIB, ou na diminuição da pobreza. Elas funcionam como um veículo de mobilidade vertical para aqueles que são recompensados por uma carreira lucrativa como dirigentes de OTS, levando com eles habilidades organizacionais, retóricas e discursos populistas. Ainda segundo Petras (2002; 66), o Banco Mundial, os impérios euro-americanos e as empresas transnacionais, investem “mais de US\$ 7 bilhões para facilitar a tarefa das OTS no enfraquecimento de movimentos que lutam por um desenvolvimento abrangente e contra o sistema atual.”

Entretanto, a estratégia, a gestão social e ambiental sustentável fundamenta-se não só em arranjos institucionais através de atores institucionais. Como observa Sen (2000), o esforço para a caracterização do bem-estar e liberdade das pessoas tende a aumentar a demanda por dados e informação capazes de captar o desenvolvimento através desse conceito. É importante enfatizar não apenas os direitos sociais, mas também os direitos civis e políticos (SEN, 2000). Essa abordagem é mais abrangente que a das necessidades básicas, pois inclui acesso dos indivíduos à educação, saúde, infra-estrutura (acesso aos bens públicos em geral), além da possibilidade de os indivíduos exercerem sua cidadania e representatividade social.

Em anos recentes, houve aumento expressivo no número de projetos e práticas ecologicamente orientados. Um exemplo de planejamento ecológico é a organização de diferentes indústrias em agrupamentos (*clusters*) ecológicos, nos quais as sobras ou o lixo de uma organização se tornem recursos para outras. Essas estratégias advogam uma mudança da economia orientada para o produto, para uma economia de “serviço e fluxo”. (PANHOCA, SILVA, BORGES, 2006).

A chave para tal definição operacional é a conscientização de que não é preciso inventar comunidades humanas sustentáveis a partir do zero, mas que se pode modelá-las a partir de estratégias e gestão social e ambiental. Uma vez que a característica notável da biosfera consiste em sua habilidade para sustentar a vida, uma comunidade sustentável deve ser estrategicamente planejada de forma que suas formas de vida, negócios, economia, estruturas físicas e tecnologias não

venham a interferir com a habilidade inerente à Natureza ou à sustentação da vida (HAVEL, 1990).

As estratégias para o desenvolvimento sustentado das organizações necessitam, antes de tudo, compreender e considerar a gestão ambiental e o conceito de desenvolvimento humano sustentado.

Durante as três décadas passadas, a revolução da tecnologia da informação deu origem a um novo tipo de capitalismo, que é profundamente diferente daquele formado durante a revolução industrial (formulado por Marx) ou daquele que emergiu após a Segunda Grande Guerra (formulado por Keynes). (CASTELLS, 1996, 1997 e 1998; HUTTON; GIDDENS; PIERSON, 2000; GIDDENS, 1996).

Ele é caracterizado por três aspectos fundamentais: o cerne de suas atividades econômicas é global; as fontes principais de produtividade e competitividade são: inovação, geração de conhecimento e processamento da informação e, tudo isso, está amplamente estruturado ao redor de redes de fluxos de financiamento. Esse novo capitalismo global é também referenciado como “a nova economia” ou simplesmente “globalização” (ABBATE, 1999; HUTTON; GIDDENS, 2000; HIMANEN, 2001; UNDP, 1996 e 1999).

Na nova economia, o capital trabalha em tempo real, movimentando-se rapidamente de uma opção para outra, numa busca global incansável por oportunidades de investimentos. Os mercados são continuamente manipulados e transformados por estratégias de investimento acionadas por computador, pela análise de percepções subjetivas de analistas influentes, eventos políticos em qualquer parte do mundo e, mais significativamente, por turbulências imprevisíveis,

resultantes de interações complexas do fluxo de capital nesse sistema altamente não linear. Essas turbulências amplamente descontroladas resultaram em uma série de drásticas crises financeiras nos anos recentes. (HABERMAS, 1973; MANDER; GOLDSMITH, 1996; CAPRA, 2002).

O impacto da nova economia no bem-estar do ser humano tem sido negativo até o presente momento. Enriqueceu a elite global de especuladores financeiros, empresários e profissionais de alta capacitação técnica, mas as conseqüências sociais e ambientais, no seu todo, têm sido desastrosas (HELD, 1990).

A partir de pensadores modernos, entende-se que as estratégias para a gestão social e ambiental são hoje “uma das mais importantes considerações da compreensão sistêmica da vida e do reconhecimento que redes constituem o padrão básico de organização de todo e qualquer sistema vivente” (LOVELOCK, 1991; MARGULIS, 1998).

A estratégia da gestão social e ambiental deve perceber os ecossistemas em forma de teias de alimento (redes de organismos). Organismos são redes de células e células são redes de moléculas. Rede é um padrão comum a todo tipo de vida. Redes vivas de forma contínua criam ou recriam a si próprias, quer transformando ou substituindo seus componentes (CAPRA 1996 E 2002; MARGULIS, 1998).

A estratégia e a gestão social e ambiental também podem ser compreendidas em termos de rede de comunicações. Redes vivas em comunidades humanas são as redes de comunicação. São autogeradoras, mas o que geram é especialmente o intangível. Cada comunicação cria pensamentos e significados, os quais, por sua vez dão lugar a comunicações posteriores e, assim, uma rede inteira gera a si

própria em conformidade com a complexidade das estratégias (PANHOCA; SILVA; BORGES, 2006).

Na rede social, à medida que comunicações se desenvolvem, produzirão um sistema compartilhado de crenças, explicações e valores — um contexto comum de significados, conhecidos como cultura - o qual é continuamente sustentado por comunicações das estratégias adicionais. É através da cultura que os indivíduos adquirem identidade como membros da rede social. A estratégia é gerada pela interação das necessidades desses atores (Idem, 2006).

À medida que esse século se aproximava, despontavam duas estratégias que conduziram os planos de ação das organizações públicas, privadas ou do Terceiro Setor. Essas estratégias - globalização e sustentabilidade - resultarão em impactos de monta no bem-estar e no "*modus vivendi*" da humanidade. Ambos têm tudo a ver com estratégias e elas são as redes e ambas, radicalmente, envolvem novas tecnologias (LUISI, 1998).

O crescimento global do capitalismo, as redes eletrônicas de financiamento e de fluxo da informação, denomina-se capitalismo global ou simplesmente globalização. A outra é a criação de comunidades sustentáveis lastreadas na prática do planejamento ecológico: ecoestratégias. O objetivo da economia global no seu contexto atual é maximizar a riqueza e o poder ao passo que cabe às eco-estratégias o objetivo de maximizar a sustentabilidade da teia da vida. (PANHOCA; SILVA; BORGES, 2006).

As análises das estratégias adotadas pelas organizações demonstram que a nova economia está produzindo uma resultante de conseqüências interligadas e

danosas — aumentando a desigualdade e a exclusão social, o colapso da democracia, a deterioração mais rápida e abrangente do ambiente natural e a ascensão da pobreza e alienação. O novo capitalismo global ameaça e destrói as comunidades locais por todo o globo e, amparado em conceitos de uma biotecnologia deletéria, invadiu a santidade da vida ao tentar mudar diversidade em monocultura, ecologia em engenharia, e a própria vida numa *commodity*. (LUHMANN, 1990; BAERT, 1999; CASTELLS, 2000).

A partir dessa conscientização e dos problemas relacionados com a população, meio ambiente, gênero, direitos humanos e desenvolvimento sustentado, a Organização das Nações Unidas (ONU) elaborou os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

Numa reunião de Cúpula do Milênio da ONU, em Setembro de 2000, realizada na cidade de Nova York, líderes de 191 países, entre eles o Brasil, estabeleceram um pacto para eliminar a fome e a extrema pobreza do planeta até 2015. O resultado disso foi o estabelecimento dos Objetivos do Milênio, que devem ser alcançados por meio de ações de combate à fome e à pobreza, associadas à implementação de políticas de saúde, saneamento, educação, habitação, meio ambiente e promoção de igualdade de gênero. Esses líderes comprometeram -se a cumprir oito metas para atingir o desenvolvimento sustentável em 25 anos, de 1990 á 2015 (NAÇÕES UNIDAS, 2003).

As "Oito Metas do Milênio" que foram, então, estabelecidas são:

- 1) Acabar com a fome e a miséria;
- 2) Educação básica e de qualidade para todos;



- 3) Igualdade entre sexos e valorização da mulher;
- 4) Redução da mortalidade infantil;
- 5) Melhora da saúde das gestantes;
- 6) Combater à aids, à malária e a outras doenças;
- 7) Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente;
- 8) Estabelecimento de uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Os oito objetivos fundamentais de desenvolvimento mundial subdividem-se em dezoito metas específicas planejadas para servir como projeto e plano de ação, para às quais correspondem quarenta e oito indicadores sócio-econômicos. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) coordena as metas, acompanhando os progressos no sentido de atingir os compromissos assumidos (PNUD, 2003a).

A despeito de todas as críticas passíveis, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio têm, com méritos, integrado os compromissos assumidos numa grande agenda mundial de desenvolvimento, definindo metas claras, prazos e indicadores do progresso alcançado por cada país.

Segundo Barroso (2004), passados alguns anos, desde o estabelecimento dos objetivos, órgãos internacionais, como o Banco Mundial, alertam para a possibilidade de não se atingirem as metas, se as tendências históricas forem mantidas.

Dentro desse contexto de desenvolvimento mundial, faz-se necessário observar o envolvimento dos Municípios brasileiros com o cumprimento das metas do milênio.

Segundo o Fórum São Paulo Século 21<sup>1</sup> (1999), em qualquer estudo sobre diferenças socioeconômicas entre regiões no Brasil, a escolha do município como unidade de análise é relativamente óbvia, por ser o município a menor unidade administrativa brasileira, bem como constituir uma importante referência para o processo de produção de dados por parte dos órgãos federais e estaduais de estatísticas e pelas agências públicas responsáveis pela implementação das principais políticas sociais.

Este trabalho será dividido em cinco capítulos, sendo o primeiro capítulo a introdução, que tem por objetivo informar o leitor sobre o tema do trabalho.

O segundo capítulo tratará da revisão da literatura, procurando expor diferentes pontos de vistas de obras que abordam o assunto, além do confronto dos dados e análises obtidas por meio de institutos de pesquisa, relatórios e boletins.

No terceiro capítulo será descrito o método utilizado para desenvolver o trabalho. O quarto capítulo demonstrará os resultados e discussões obtidos pela pesquisa. Finalmente, o quinto e último capítulo apresentará as considerações finais.

---

<sup>1</sup> Fórum São Paulo Século 21, criado na Assembléia Legislativa em maio de 1999, por iniciativa do deputado e então candidato à presidência da Casa Vanderlei Macris (PSDB). O Fórum é formado por 14 partidos políticos, 33 deputados e 63 representantes da sociedade civil, que realizaram mais de 150 seminários e 500 horas de debate. A intenção é "fotografar" a situação do Estado e apresentar sugestões para ajudar seus municípios a trilhar o caminho do desenvolvimento com melhor qualidade de vida para a população.

Para melhor aproveitamento deste estudo, seguem como anexo a localização geográfica do município de Pindamonhangaba e um breve relatório de seus indicadores econômicos.

## **1.1 O PROBLEMA**

Se as metas do milênio não forem atingidas dentro do período acordado, as conseqüências serão trágicas para o Brasil e o Mundo. A comunidade internacional terá que resolver problemas sociais e econômicos cujas dimensões serão incontroláveis, comprometendo a estabilidade dos países mais ricos e inviabilizando o crescimento dos países em vias de desenvolvimento (NAÇÕES UNIDAS, 2003).

Segundo relatório conjunto do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, PNUD e Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - CEPAL (NAÇÕES UNIDAS, 2003), os países da América Latina e do Caribe não apresentam expectativas de alcançar a meta caso a dinâmica do seu crescimento e da desigualdade da década de 1990 se repita durante o período 2000-2015.

Admite-se, a partir do estudo do desenvolvimento do Município em relação às oito metas do milênio, poder-se avaliar o comprometimento das gestores, bem como da sociedade civil, com os objetivos mundiais.

O problema de pesquisa deste estudo é: o desenvolvimento do município de Pindamonhangaba está alinhado com o cumprimento das oito metas mundiais do milênio?

## **1.2 OBJETIVOS**

### **1.2.1 Objetivo Geral**

Este estudo tem por objetivo o estudo das metas do milênio no Município de Pindamonhangaba, seu desdobramento e comparação com os indicadores atuais do Estado de São Paulo e do Brasil.

### **1.2.2 Objetivos Específicos**

Este estudo tem como objetivos específicos:

- identificar as variáveis que interferem na composição das metas;
- verificar a tendência;
- avaliar os indicadores do Município em relação às metas do PNUD;
- sugerir planos.

## **1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO**

Este estudo limita-se ao levantamento e comparação dos índices do Município de Pindamonhangaba em relação às metas do PNUD.

Para realizar a pesquisa, serão utilizados indicadores sócioeconômicos do Município que permitam caracterizar ações, que estão sendo empreendidas, para viabilizar as modificações requeridas para o alcance das metas.

#### 1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

Torna-se cada vez mais claro que o capitalismo global, na sua forma atual, é insustentável e necessita ser fundamentalmente (re)planejado. Na realidade, acadêmicos, líderes comunitários e ativistas populares, no mundo todo, estão erguendo suas vozes, exigindo o “virar do jogo” e sugerindo as maneiras concretas de fazê-lo. (HELD, 1990; CAPRA 1996)

Qualquer discussão realista sobre estratégias para o “virar do jogo” deve começar com o reconhecimento de que a forma atual da globalização econômica foi conscientemente planejada e pode ser (re)formatada através de estratégias inovadoras. O mercado global, como é conhecido, é, na verdade, uma rede de máquinas programadas de acordo com o princípio básico de que gerar dinheiro deve preceder direitos humanos, democracia, proteção ambiental ou qualquer outro valor. Entretanto, as mesmas estratégias de financiamento e fluxo da informação poderiam incorporar outros valores, neles inseridos. O ponto crítico não é a tecnologia e sim a política. (SEARLE, 1984; GALBRAITH, 1984)

Segundo relatório do PNUD (2003a), há motivos para preocupação em relação ao desempenho brasileiro. As simulações baseadas nos desempenhos históricos do país concluem que se for apresentado o mesmo desempenho dos anos da década de 1990, o Brasil estará entre os seis países que continuariam a reduzir a incidência de pobreza extrema, mas a um ritmo muito lento.

Na realidade, haveria um aumento da pobreza, devido ao aumento das desigualdades, a diminuição da renda *per capita* ou ambas as coisas. O relatório do

Banco Mundial (2000/2001) afirma que o número de pobres vem aumentando de forma ininterrupta na América Latina, África Subsaariana e Meridional. Apesar de a riqueza global ter aumentado e as conexões globais e a capacidade tecnológica nunca terem sido melhores, esses avanços são distribuídos de maneira desigual, excluindo a parcela menos favorecida da população.

## **2 AS BASES CONCEITUAIS**

Uma das definições de desenvolvimento sustentável é aquela formulada por Brundtland (WCED, 1987): “um modelo de desenvolvimento que permite às gerações presentes satisfazer as suas necessidades sem que com isso ponha em risco a possibilidade de as gerações futuras virem a satisfazer as suas próprias necessidades”. Esse conceito foi quase um consenso a partir da RIO-92.

Segundo Turnes, (2004),o desenvolvimento local sustentável está relacionado a estratégias que têm como foco a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar social local, a conservação do meio ambiente e a participação ativa, organizada e democrática da população, a fim de que essa possa garantir sua sustentabilidade.

Eco-estratégias devem trabalhar as dimensões: sócio-cultural, econômica, ambiental, político institucional e outras conseguidas por laços de confiança e de identidade. (DOWBOR, 1998).

Este trabalho apóia-se em diversas abordagens e indicadores que colaboram para o enriquecimento do estudo, entre os quais os relatórios do PNUD, que examinam as condições sob as quais os 18 países da América Latina e o Caribe seriam capazes de atingir as metas estabelecidas pela Declaração do Milênio.

O PNUD desenha e implementa projetos no Brasil há 40 anos, em sintonia com o governo e a sociedade, dentro e fora do país. De acordo com a demanda brasileira, passou a abordar temas específicos para o desenvolvimento integrado e multisetorial.

Durante as décadas de 1960 e 1970, o Brasil, assolado por um quadro de pobreza e desigualdade, era movido por um acelerado processo de industrialização, que desembocou no "Milagre Brasileiro" (PNUD, 2002). O PNUD, atendendo às prioridades nacionais de desenvolvimento econômico, apoiou o País na construção dos setores de infra-estrutura básica e de alta tecnologia, atuando como fonte financiadora de projetos a fundo perdido e catalisador de assistência técnica e tecnologias internacionais, trazendo para o País os melhores especialistas mundiais nas áreas de Aviação Civil, Telecomunicações, Tecnologia Industrial e Alimentar, Pesquisa Agrícola e Normas Técnicas e elaborando estudos econômicos e diagnósticos para subsidiar a tomada de decisões sobre os investimentos nacionais prioritários.

No início dos anos 80, o Brasil entrou em recessão, a inflação disparou e o desemprego e a pobreza aumentaram. O País mobilizou-se e elegeu um civil como Presidente da República. A dimensão social veio somar-se às metas do desenvolvimento econômico do País. O modelo de assistência técnica cedeu lugar ao modelo de cooperação técnica, que atribui aos governos maior responsabilidade sobre a execução e controle dos projetos de cooperação internacional (PNUD, 2002).

O PNUD passou a identificar profissionais brasileiros capazes de contribuir na implementação dos projetos sob execução nacional, em áreas como educação, gestão ambiental, saúde, telecomunicações e preservação das florestas brasileiras. Atuando como doador financeiro catalisador de assistência técnica e tecnológica, o PNUD agregou, á sua agenda, a gestão de projetos.



Ao final dos anos 80, o Brasil deu outro passo rumo á democracia plena ao eleger pelo voto direto, o Presidente da República. O modelo econômico vigente começou a mudar, consolidando-se com a posterior implantação do Plano Real. O Brasil abriu sua economia ao mercado externo e entrou na era da reforma do Estado e das privatizações (PNUD, 2002).

A parceria com o PNUD evoluiu para o conceito de Cooperação para o Desenvolvimento, na qual os países são responsáveis pelo financiamento e execução de projetos.

No início da década de 1990, o PNUD lançou as bases teóricas do Desenvolvimento Humano Sustentável, que reconhece o ser humano como agente e sujeito do próprio desenvolvimento. Criou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que contribui como ferramenta para a formulação de políticas sociais.

Ao final da década, o PNUD sofisticou tecnologicamente suas redes de contato e desenhou redes de conhecimento para conectar experiências de desenvolvimento no mundo, reforçando seu papel de catalisador dos atores envolvidos e passando a realizar acordos de cooperação com Estados e Municípios, Agências Reguladoras, setor privado e ONGs, além do Governo Federal (PNUD, 2002).

## **2.1 O PNUD e os Objetivos do Milênio**

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento tem como mandato central o combate á pobreza. Em resposta ao compromisso dos líderes mundiais de

atingir as Metas do Milênio, o PNUD adota uma estratégia integrada, conforme a especificidade de cada país, para a promoção da governabilidade democrática, o apoio á implantação de políticas públicas e ao desenvolvimento local, a prevenção de crises e a recuperação de países devastados, a utilização sustentável de energia e do meio ambiente, a disseminação da tecnologia da informação e comunicação em prol da inclusão digital, e a luta contra a AIDS/SIDA (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida).

O PNUD atua em 166 países, conectando-os a conhecimentos, experiências e recursos, trabalhando conjuntamente nas soluções traçadas pelos países membros para fortalecer as capacidades locais e proporcionar o acesso tanto aos recursos humanos, técnicos e financeiros do PNUD e da cooperação externa (PNUD, 2002).

## **2.2 Desenvolvimento humano sustentável**

O reconhecimento da questão da pobreza, em história do pensamento econômico, está no centro das preocupações da economia política inglesa desde o século XVIII. Igualmente presente está o problema das desigualdades sociais (KERSTENETZKY, 2000).

Para Swartzman (2003, p. 85), pobreza e exclusão social são termos usados hoje quase como sinônimos. As sociedades modernas de mercado estariam baseadas em valores de desempenho pessoal e em relações sociais fundadas na convergência de interesses mútuos, sociedades tradicionais, sem mercado, se

baseariam em valores de *status* e em relações sociais fundadas na identidade cultural, em vínculos pessoais e afetivos (IBID., p.97).

Soros (1998) introduz o conceito de “reflexividade” para expressar a noção de que as realidades econômicas não são independentes do observador, mas talhadas em grande parte pelas interpretações e ações daqueles que tentam intermediá-las.

Polanyi (2001) reflete que nas sociedades sem mercado, a economia não é um domínio separado da política, da religião e da convivência social, ao contrário, as atividades econômicas são engastadas nas instituições sociais, que também dão aos indivíduos sua identidade social e condições de sobrevivência pessoal.

Kerstenetzky (2000) identifica dois conjuntos distintos de justificativas morais para a nova ordem econômica inserida no capitalismo moderno:

- 1) Proveniente das interpretações convencionais, em Hirschman, sugere que o capitalismo se justifica moralmente pela expectativa de promover ordem enquanto paz e segurança em troca de um grau mínimo de compressão da liberdade dos indivíduos, através da operação generalizada do mercado;
- 2) Sugere que a nova ordem econômica encontra legitimidade moral se for não apenas estável, mas socialmente justa.

A preocupação da pobreza como elemento permanente e essencial do capitalismo foi substituída pela preocupação com o desemprego, que deveria ser condição peculiar e provisória (SWARTZMAN, 2003).

Dada à importância da questão social, surge a necessidade de desenvolver conceitos que contemplem a elevação do bem-estar da maioria da população e promova a justiça social.

Em 1990, o PNUD introduziu um novo conceito sobre o desenvolvimento das nações: o Desenvolvimento Humano Sustentável (DHS). Esse conceito defende e promove a adoção de políticas públicas que considerem as pessoas e não a acumulação de riqueza o propósito final do desenvolvimento (PNUD, 2003a).

Os princípios do desenvolvimento humano sustentável são:

- **Desenvolvimento das pessoas:** por meio da ampliação das capacidades, oportunidades, potencialidades criativas e direitos de escolha individuais;
- **Desenvolvimento para as pessoas:** levando a que a riqueza produzida por uma nação seja apropriada equitativamente por cada um de seus membros;
- **Desenvolvimento pelas pessoas:** por meio da participação ativa dos indivíduos e das comunidades na definição do processo de desenvolvimento do qual são, ao mesmo tempo, sujeitos e beneficiários.

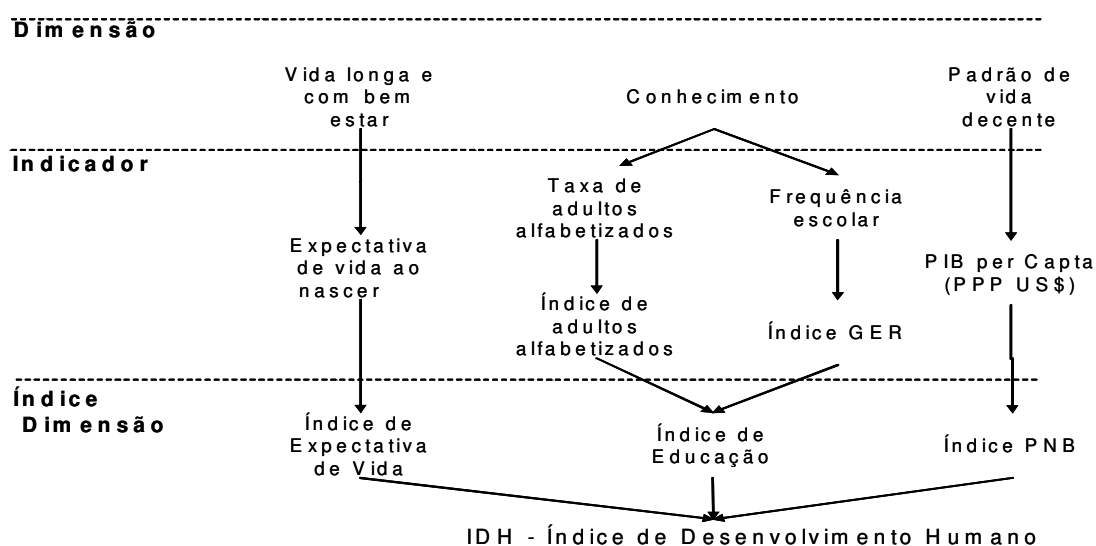
O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento publicou o primeiro relatório de desenvolvimento humano em 1990 (PNUD, 2003a). Com a finalidade de medir o índice de desenvolvimento humano, foram criados cinco índices:

- Índice de Desenvolvimento Humano - HDI (*Human Development Index*);
- Índice de Pobreza Humana para países em desenvolvimento - HPI-1 (*Human Poverty Index for Development Countries*);

- Índice de Pobreza Humana para países selecionados - HPI-2 (*Human Poverty Index for selected Organization for Economic Cooperation and Development Countries*);
- Índice de Desenvolvimento Relacionado ao Sexo - GDI (*Gender-related Development Index*);
- Medida de Participação segundo o Sexo - GEM (*Gender Empowerment Measure*).

## 2.3 Índice de Desenvolvimento Humano

O HDI (*Human Development Index*) ou IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) foi criado em 1990 pelos economistas Mahbub Ul Haq e por Amartya Sen, vencedor do Prêmio Nobel de Economia de 1998, originalmente para medir o nível de desenvolvimento humano dos países (SOHLER, 2004).



Fonte: Sohler, 2004

Figura 1 - Fatores componentes do IDH

Conforme demonstrado pela Figura 1, o IDH procura espelhar, além da renda, mais duas características desejadas e esperadas do desenvolvimento humano: a longevidade de uma população e o grau de maturidade educacional. A renda é calculada pelo PNB (Produto Nacional Bruto) real "*per capita*", expresso em dólares e ajustado para refletir a paridade de poder de compra entre os países. Esse índice posiciona os países num contexto mais vasto do desenvolvimento humano e não apenas com relação à renda.

Para a avaliação da dimensão “educação”, o cálculo do IDH-M considera dois indicadores, com pesos diferentes: taxa de alfabetização de pessoas acima dos 15 anos de idade (com peso dois) e a taxa bruta de freqüência à escola (com peso um). O primeiro indicador é o percentual de pessoas com mais de 15 anos capaz de ler e escrever um bilhete simples (ou seja, adultos alfabetizados). O calendário do Ministério da Educação indica que, se a criança não se atrasar na escola ela completará esse ciclo aos 14 anos de idade, daí a medição do analfabetismo se dar a partir dos 15 anos. O segundo indicador é resultado de uma conta simples: o somatório de pessoas (independentemente da idade) que freqüentam os cursos fundamental, secundário e superior é dividido pela população na faixa etária de 7 a 22 anos da localidade. Estão também incluídos na conta os alunos de cursos supletivos de primeiro e de segundo graus, de classes de aceleração e de pós-graduação universitária. Apenas classes especiais de alfabetização são descartadas para efeito do cálculo.

Para a avaliação da dimensão “longevidade”, o IDH municipal considera o mesmo indicador do IDH de países: a esperança de vida ao nascer. Esse indicador

mostra o número médio de anos que uma pessoa nascida naquela localidade, no ano de referência, deve viver. O indicador de longevidade sintetiza as condições de saúde e salubridade daquele local, uma vez que quanto mais mortes houver nas faixas etárias mais precoces, menor será a expectativa de vida observada no local.

Por ser uma alternativa viável ao PNB "*per capita*", o IDH é cada vez mais utilizado para monitorar o progresso das nações e sociedade global (idem, 2004).

Como índice composto, o IDH possui três dimensões básicas :

- **Longevidade:** acesso á alimentação adequada, abrigo, saneamento básico e saúde;
- **Educação:** acesso ao conhecimento e á informação;
- **Renda:** acesso aos meios para uma vida digna, por meio da provisão de uma renda decente.

O IDH varia de zero a um. Países com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo; os países com índice entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano; países com IDH maior ou igual a 0,800 têm desenvolvimento humano elevado (SOHLER, 2004).

Para aferir o Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios, as dimensões são as mesmas, ou seja, educação, longevidade e renda, mas alguns dos indicadores usados são diferentes. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) são mais adequados para avaliar as condições de núcleos sociais menores (SOLHER, 2004).

## 2.4 Princípios da Declaração do Milênio

Durante a 55ª Assembléia Geral da ONU em 18 de Setembro de 2000, foi adotada a Declaração do Milênio (ONU, 2000). A Declaração do Milênio é composta por seis princípios centrais que foram reconhecidos pelos líderes mundiais, que os consideraram valores fundamentais para as relações internacionais no século XXI.

A declaração foi aprovada e os objetivos foram seguidos pelas idéias dispostas na seção "Desenvolvimento e Erradicação da Pobreza", demonstrando adesão aos Objetivos do Milênio.

Os seis princípios centrais da ONU são:

- 1) **Liberdade:** Homens e mulheres têm o direito de viver suas vidas e criar seus filhos com dignidade;
- 2) **Igualdade:** Nenhuma pessoa e nenhuma nação devem ser excluídas da oportunidade de desenvolvimento;
- 3) **Solidariedade:** Aqueles que sofrem ou auferem menores benefícios merecem ajuda daqueles que mais se beneficiam;
- 4) **Tolerância:** Os seres humanos devem respeitar uns aos outros;
- 5) **Respeito à natureza:** Deve-se demonstrar prudência no manejo de todas as espécies vivas e dos recursos naturais, de acordo com os preceitos do desenvolvimento sustentável;



**6) Responsabilidade compartilhada:** A responsabilidade sobre a administração do desenvolvimento econômico e social ao redor do mundo, assim como a manutenção da paz e da segurança, deve ser compartilhada entre as nações do mundo.

## 2.5 Objetivos, Metas e Indicadores

Desde 1990, a ONU tem organizado uma série de conferências mundiais para estabelecer o que deve fazer parte da agenda de desenvolvimento. Essas conferências foram necessárias, pois concluiu-se que a pobreza estava aumentando e que a falta de recursos não era a única explicação para sua ocorrência (PNUD, 2003a).

<b>ANO</b>	<b>LOCAL</b>	<b>TEMA</b>
1990	Jomtein	Educação para todos
1990	Nova Iorque	Crianças
1992	Rio de Janeiro	Meio Ambiente e Desenvolvimento
1994	Cairo	População e Desenvolvimento
1995	Beijing	Mulheres
1995	Copenhague	Desenvolvimento Social
1996	Istanbul	Assentamentos Humanos
1998	Lisbon	Juventude
1999	Maputo	Minas Terrestres
2000	Nova Iorque	Cúpula do Milênio
2001	Brussels	Países Menos Desenvolvidos
2002	Monterrey	Financiamento para o Desenvolvimento
2002	Johannesburg	Desenvolvimento Sustentável

Fonte: PNUD, 2003a

### Quadro 1 - Conferências mundiais sobre o desenvolvimento

Para se decidir as metas, foram consideradas as idéias de estratégias de combate à pobreza advindas de cada um dos países, em sessões internacionais conjuntas.

Uma lista de Metas Internacionais de Desenvolvimento, produzida no fim dos anos 90, acabou originando os Objetivos do Milênio, que ainda englobou os últimos temas de desenvolvimento, tais como: alívio da dívida, parcerias e crescimento econômico por meio do comércio.

A lista completa dos Objetivos, Metas e Indicadores de Desenvolvimento do Milênio surgiu pela primeira vez em setembro de 2001, no documento da ONU "Roteiro de Metas para a Implementação da Declaração do Milênio das Nações Unidas".

O conteúdo dos documentos das Nações Unidas foi aprovado pelos 147 Chefes de Estado e de Governo e 191 Estados Membros, que adotaram a Declaração do Milênio. O trabalho técnico de unificar as listas foi realizado pelo Secretário das Nações Unidas, Kofi Annan, que atuou em conjunto com os representantes do Fundo Monetário Internacional (FMI), da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e do Banco Mundial.

Existem oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), dezoito Metas e, quarenta e oito indicadores que mostram se os planos estão funcionando.

Consultores dentre as várias organizações do sistema ONU e outras organizações foram recrutados para identificar os indicadores que iriam

adequadamente medir o progresso dos objetivos de desenvolvimento da Declaração do Milênio.

A dificuldade de desenvolvimento de novos índices é grande. Os indicadores refletem a opinião de peritos sobre o que poderia ser medido confiavelmente com as informações disponíveis. Os indicadores focalizam números globais e regionais a fim de proporcionar uma visão do progresso global e as disparidades locais em relação ao progresso obtido para atingir as metas (NAÇÕES UNIDAS, 2002).

A Agenda 21 (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE, 1993), mostrou a necessidade de se desenvolver o conceito dos indicadores de desenvolvimento sustentável. A Comissão de Desenvolvimento Sustentável, órgão da ONU responsável pelo acompanhamento da Agenda 21, propôs como critérios para o desenvolvimento desses indicadores:

1. Serem primariamente indicadores nacionais;
2. Relevantes, cobrir o progresso do desenvolvimento;
3. Serem compreensíveis, claros, simples, sem ambiguidade;
4. Realizáveis dentro das capacidades dos governos nacionais;
5. Conceitualmente bem formulados;
6. Limitados em número, mas abertos a futuros desenvolvimentos;
7. Amplos na cobertura de todos os aspectos do desenvolvimento sustentável;
8. Representativos de um consenso internacional, tanto quanto possível;

9. Apoiados em dados já existentes ou disponíveis, e atualizados em intervalos regulares.

Baseando-se nessas recomendações, a partir de reuniões técnicas, esses indicadores foram agrupados em três grandes categorias com a finalidade de promover um processo interativo:

- **Indicadores de tendência:** indicam atividades humanas, processo e padrões que têm impacto no desenvolvimento sustentável;
- **Indicadores de *status*:** indicam o estado ou a situação do desenvolvimento sustentável;
- **Indicadores de resposta:** indicam opções de política e outras respostas às mudanças no *status* do desenvolvimento sustentável.

A informação constitui um elemento-chave no modelo de desenvolvimento sustentável, em especial se forem considerados os três princípios básicos que regem esse modelo, segundo Becker (1993);

- o princípio da eficácia: no uso de recursos, já que a informação é requisito básico na estruturação de um processo produtivo menos consumidor de matérias-primas e energia;
- o princípio da diversidade: considerando que a informação é fundamental no reconhecimento e potencialização da diversidade de mercados, recursos e capitais humanos locais;

- o princípio da descentralização: á medida que a informação é essencial para instrumentalizar os diferentes atores para atuarem em parceria, com responsabilidades e competências definidas.

O uso de indicadores é considerado útil no processo decisório, porque simplifica dados muito extensos e textos descritivos por medidas estabelecidas de comum acordo (ALBAGLI, 1995). O valor dos indicadores como instrumento de política é considerado ainda maior, quando eles são utilizados em combinação com metas estabelecidas no âmbito das políticas nacionais.

Ainda segundo Albagli (1995), em um primeiro momento, esses indicadores teriam como objetivos principais:

- melhorar o gerenciamento do processo de implementação do desenvolvimento sustentável;
- identificar as carências (*gaps*);
- organizar atividades para suprir essas carências.

Albagli conclui que a médio e a longo prazo, os indicadores de desenvolvimento sustentável seriam úteis para:

- explorar a relação entre diferentes variáveis que são relevantes no modelo de desenvolvimento sustentável;
- padronizar a coleta e a análise de informações;
- alertar os tomadores de decisão sobre questões prioritárias, orientando a elaboração de políticas públicas;

- servir de base para um sistema de prevenção (*early warning*).

Atualmente, indicadores mais tradicionais como o Produto Interno Bruto, não são considerados suficientes para se avaliar e monitorar os níveis sustentáveis de desenvolvimento. Faz-se necessário desenvolver indicadores que integrem aspectos sociais, econômicos, ambientais e institucionais, aprimorando métodos de interação desses diferentes parâmetros (ALBAGLI, 1995).

Indicadores são naturais, são parte da vida de todos e podem ser definidos por várias palavras, tais como: sinal, sintoma, pista, dado, nota, medida, estando necessariamente ligados ao fio de informação que se utiliza para entender o mundo, tomar decisões e planejar nossas ações. Os indicadores surgem dos valores: medidos o que nos importa, e criam valores: nos importamos com o que medimos (MEADOWS, 1998).

Indicadores são freqüentemente selecionados de maneira precária. Segundo Meadows (1998), armadilhas no processo de escolha e uso de indicadores inclui:

- **Superagregação:** se muitos dados são agregados, a combinação de suas mensagens pode se tornar indecifrável;
- **Medir o que é possível medir:** utilizar-se de dados concretos; a área coberta por uma floresta, não o tamanho de suas árvores; a quantidade de dinheiro das pessoas, não sua qualidade de vida;
- **Dependência de um falso modelo:** pode-se pensar que a taxa de natalidade reflete o acesso ao planejamento familiar quando pode, na realidade, refletir a liberdade de as mulheres em optarem por esses programas;

- **Falsificação:** se um índice apresenta más notícias, alguns podem sentir-se tentados a alterá-lo, atrasá-lo, modificar termos e definições, ou mesmo não mencioná-lo;
- **Divergir a atenção:** os indicadores podem hipnotizar as pessoas com números e impedir sua percepção da realidade;
- **Superconfiabilidade:** os indicadores podem levar as pessoas a pensarem que sabem o que estão fazendo, quando de fato o indicador é falho;
- **Imperfeição:** os indicadores não são necessariamente completos, sendo partes da realidade baseados em modelos incertos e imperfeitos.

Apesar de os indicadores e dados apresentados serem os melhores disponibilizados atualmente, é importante notar que alguns dos indicadores vão requerer revisões à medida que a qualidade da informação aumentar. Alguns indicadores estão disponíveis em poucos países para calcular médias globais ou regionais. Esses indicadores, porém, fornecem medidas para as metas especificadas e terão que ser empreendidos esforços para encontrar informações confiáveis para sua obtenção em países que não os disponibilizam.

A maioria dos grupos de estudo de indicadores elabora listas com as características ideais de um bom indicador. Segundo Meadows (1998), os indicadores devem atender às seguintes características:

- **Claros em valores:** não deve haver divergência sobre qual direção é boa e qual direção é ruim;
- **Claros em significado:** fáceis de entender, com unidades que fazem sentido;

- **Atrativos:** interessantes, que sugiram ações;
- **Promotor de políticas:** para todos os governantes, mesmos os de países mais pobres;
- **Mensurável:** que possa ser realizado a um custo razoável;
- **Suficiente;** não contendo nem muita ou pouca informação, propiciando uma boa visão da situação;
- **Factível:** assimilado sem longos atrasos;
- **Escala apropriada:** não sub ou superagregado;
- **Democrático:** as pessoas tenham acesso aos dados e resultados do indicador;
- **Suplementares:** devem conter dados que as pessoas não podem medir por si próprias (como emissões radioativas, imagens de satélite);
- **Participativo:** fazer uso do que as pessoas podem medir por si próprias (como a qualidade da água ou biodiversidade local);
- **Hierárquicos:** para que se tenha tanto uma visão geral quanto acesso aos detalhes;
- **Físicos:** passíveis de se medir por unidade;
- **Acertivos:** fornecendo informação a tempo de empreender a ação;
- **Tentativo:** passível de discussão, aprendizado e mudança.

A mensuração de indicadores pode ser um processo caro e burocrático, mas pode ser relativamente simples. Informar as pessoas claramente das conseqüências



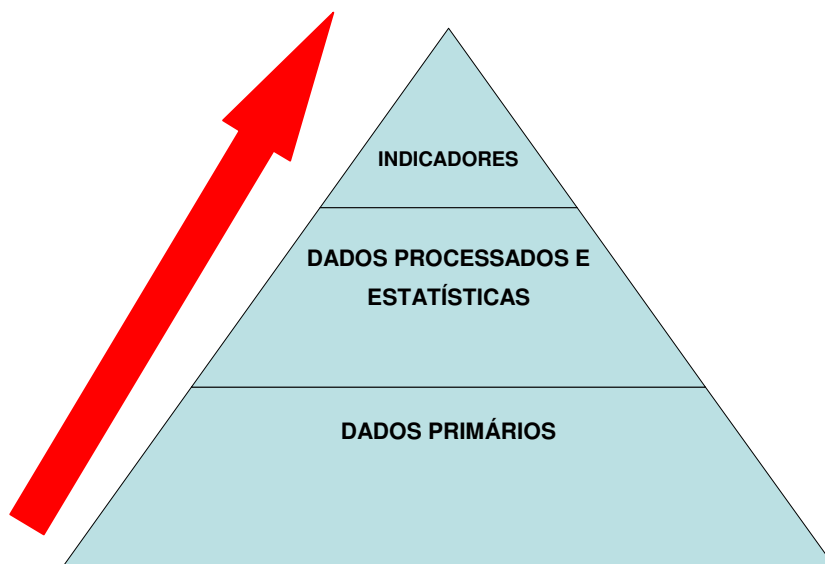
de suas ações pode mudar suas ações, bem como a ausência dessas informações pode levar à insustentabilidade, ao desenvolvimento inadequado. Desde que tentativas sejam feitas com humildade e submetidas sua correção e aperfeiçoamento á opinião de especialistas, estar-se-á no caminho (MEADOWS, 1998).

Segundo Quiroga (2001), o conceito de indicador e variável são intrínsecos. Variável é o fenômeno que se estuda e cujo valor varia no tempo e no espaço. Uma variável é uma representação operacional de um atributo (qualidade, característica, propriedade) de um sistema.

Cada variável se associa a um conjunto de entidades através das quais se manifesta. Essas entidades são chamadas de estados (ou valores) da variável. A interpretação pragmática e uma variável em particular como um indicador se faz, usualmente, a medida que tal variável porte informação sobre a condição ou tendência de um atributo do sistema considerado. Em um sentido geral, qualquer variável indica um atributo.

Portanto, conclui o autor, os indicadores são variáveis e os dados são medidas (observações qualitativas) do valor das variáveis em tempos distintos, localidades, probabilidades ou combinações.

Os indicadores estão no topo da pirâmide de agregação de valor, à medida que representam a transformação de um dado primário em informação.



Fonte: Quiroga (2001)

### **Figura 2 – Escala de agregação de valores**

Para Quiroga (2001), um indicador de sustentabilidade é um indicador que aplica seu conjunto genérico de idéias ao sistema particular, conjunto de valores e metas sintetizadas em um conceito de sustentabilidade. Assim, os indicadores de sustentabilidade provêm cenário que facilita a evolução de progresso a objetivos que contribuam para atingir a meta de bem-estar humano e ecossistêmico simultaneamente.

O autor destaca os seguintes pré-requisitos para adoção de indicadores:

- Escala; trabalhar com valores discerníveis, padrões inteligíveis, sensibilidade de precisão;
- Facilidade de monitoramento: tempo, tecnologia, custo;
- Enfoque: preditivo ou antecipativo;

- Desejos e vontades políticas;
- Periodicidade adequada;
- Sensibilidade adequada;
- Fontes de informação;
- Modelo adequado;
- Temas prioritários;
- Aceitabilidade;
- Compreensibilidade;
- Base científica.

Ao se tentar retratar o local, percebe-se a dificuldade de se adotarem indicadores padronizados, conforme proposto pelas Nações Unidas, pois quanto menor a unidade analisada, maior é a necessidade de desenvolver indicadores alternativos, que atendam à realidade a ser analisada, sob o risco de comprometer os resultados obtidos.

O Fórum São Paulo Século 21 (1999) destaca um conjunto de problemas relacionados à especificidade da questão municipal do Estado de São Paulo. Alguns desses elementos são os seguintes:

- Municípios são unidades administrativas diferentes de países. As variáveis passíveis de serem produzidas nessa primeira escala são normalmente diferentes das geradas na segunda. Mesmo variáveis aparentemente iguais em ambas as escalas podem implicar diferentes significados;
- a produção de indicadores para a avaliação de gestões municipais demanda um

tratamento diferenciado das questões temporais. Municípios pequenos podem mudar significativamente num prazo muito curto de tempo, ao contrário de grandes países ou mesmo estados, que podem carregar uma significativa inércia herdada de processos históricos de longa duração;

- a produção de dados municipais – muitos deles derivados de registros administrativos – pode ser afetada por mudanças institucionais relativas, por exemplo, aos procedimentos de repasse de recursos e de negociação entre entes federativos. Em outras palavras, a interpretação dos dados administrativos não pode ser dissociada do contexto em que são gerados e, por isso mesmo, nem sempre pode ser tratada universalmente.

Evidentemente, diferenças de tal monta impõem uma série de cuidados tanto do ponto de vista da construção de indicadores municipais, quanto do ponto de vista de sua interpretação.

Poderosos tomadores de decisão estiveram envolvidos em sua definição e concordaram em trabalhar no sentido de sua implementação.

Os objetivos do Fórum São Paulo Século 21 são resultado de muita reflexão, mas pequenos ajustes ainda podem ser considerados.

Ao serem ajustados os objetivos e metas e selecionados os indicadores, no nível municipal, é necessário definir um parâmetro entre ser demasiadamente abrangente ou demasiadamente específico.

O ideal é estabelecer uma breve lista de objetivos e metas com a qual a maioria das pessoas concorde e que possibilite um foco inicial para as ações, sendo claras o suficiente para medir seus avanços (PNUD, 2003a).

### 2.5.1. Metas e indicadores para erradicar a pobreza extrema e a fome

<b>OBJETIVO 1:</b> Erradicar a pobreza extrema e a fome	
<b>Meta</b>	<b>Indicadores</b>
1. Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população com renda inferior a um dólar por dia.	1. Proporção da população que ganha menos de um dólar por dia; 2. Índice de hiato de pobreza (incidência X grau de pobreza); 3. Participação dos 20% mais pobres da população na renda ou no consumo nacional.
2. Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população que sofre de fome.	4. Prevalência de crianças (com menos de 5 anos) abaixo do peso; 5. Proporção da população que não atinge o nível mínimo de crescimento dietético de calorias.

Fonte: PNUD (2003<sup>a</sup>)

#### Quadro 2 – Metas e indicadores para erradicar a pobreza extrema e a fome

Segundo levantamento das Nações Unidas (2003), o número de pessoas subnutridas nos países em desenvolvimento diminuiu de 840 milhões em 1990 para cerca de 777 milhões em 1997-99. Estima-se que esse número diminua para cerca de 550 milhões em 2015, o que ainda não seria suficiente para atingir a meta traçada.

As taxas de pobreza vêm sendo reduzidas em algumas regiões, mas em outras não. O maior número de pessoas pobres vive no sul da Ásia, mas, proporcionalmente, a maior parte dessas pessoas se encontra na África Subsaariana, onde conflitos civis, lento crescimento econômico e a proliferação de HIV/AIDS têm levado milhões de pessoas à situação de desespero (PNUD, 2003 a).

Muitas crianças não têm o suficiente para se alimentar, mas existem outros problemas, como a carência de nutrientes nos alimentos ingeridos e crianças nascidas abaixo do peso devido á subnutrição de suas mães.

Esse quadro poderia ser amenizado com a melhor distribuição da renda e pela redução da pobreza. Até mesmo países pobres podem melhorar a nutrição infantil por meio da educação alimentar e da adição de suplementos em alimentos básicos. Outras medidas seriam: a melhoria das condições de vida e educação das mulheres e o crescimento do apoio governamental a programas de saúde e nutrição.

No mundo existe riqueza suficiente para resolver esses problemas, mas a riqueza não é distribuída com equilíbrio (PNUD, 2003a).

### 2.5.2 Metas e Indicadores para atingir o ensino básico universal

<b>OBJETIVO 2:</b>	
Atingir o ensino básico universal	
<b>Meta</b>	<b>Indicadores</b>
3. Garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino básico.	6. Taxa líquida de matrícula no ensino primário; 7. Proporção de alunos que iniciam o 1º e atingem o 5º ano; 8. Taxa de alfabetização na faixa etária de 15 a 24 anos.

Fonte: PNUD (2003a)

#### **Quadro 3 – Metas e Indicadores para atingir o ensino básico universal**

O segundo objetivo, atingir o ensino básico universal, é um dos grandes desafios para qualquer governo e sociedade. Segundo o PNUD (2003a), a educação é a chave para resolver muitos dos problemas ligados á pobreza. A educação básica torna as crianças, especialmente as meninas, mais autoconfiantes

e, assim, com mais vontade e capacidade de aprender. Uma mãe instruída provavelmente se casará mais tarde, dará espaços entre uma gravidez e outra e procurará assistência médica para si e para seu filho se necessário. Da mesma maneira, pessoas instruídas provavelmente lidarão melhor com as constantes mudanças na maneira com que se vive e trabalha imposta por esse mundo moderno.

Segundo dados do PNUD (2003a), meninas atingem a idade adulta com maior taxa de analfabetismo que meninos (exceto na América Latina e Caribe). Instrução informal, como classes para alfabetização de adultos, podem fazer alguma diferença, mas muitas mulheres que começam com menores oportunidades que os homens permanecerão sempre em desvantagem.

### 2.5.3 Metas e Indicadores para promover a igualdade entre os sexos

<b>OBJETIVO 3:</b> Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres	
<b>Meta</b>	<b>Indicadores</b>
4. Eliminar a disparidade entre os sexos no ensino primário e secundário até 2015.	9. Razão meninos/meninas no ensino básico, médio e superior; 10. Razão entre mulheres assalariadas no setor não-agrícola; 11. Percentagem de mulheres assalariadas no setor não-agrícola; 12. Proporção de mulheres exercendo mandatos no parlamento nacional.

Fonte: PNUD (2003a)

#### **Quadro 4 – Metas e indicadores para promover a igualdade entre os sexos**

Filhas de mães sem instrução têm o dobro de probabilidade de sofrer de desnutrição ou morrerem antes de completar 5 anos, se comparadas com aquelas

cujas mães conseguem terminar a escola primária. Observou-se que mães instruídas se asseguram de que suas filhas tenham uma boa educação, o que ajuda a retirar famílias do círculo da pobreza, elevando-as a melhores condições de vida. Portanto, a educação das crianças do sexo feminino é uma das bases para se atingir os ODMs.

#### **2.5.4 Metas e indicadores para reduzir a mortalidade infantil**

O número de mortes de recém-nascidos e crianças caiu de 15 milhões por ano em 1980 para cerca de 11 milhões em 1990 (NAÇÕES UNIDAS, 2003). Mas o ritmo desse avanço diminuiu por todas as partes nos anos 90, sendo que, em algumas regiões da África, as taxas de mortalidade chegaram a aumentar. Atualmente, uma em cada seis crianças africanas não viverá seu quinto aniversário.

<b>OBJETIVO 4</b>	
Reduzir a mortalidade infantil	
<b>Meta</b>	<b>Indicadores</b>
5. Reduzir em dois terços, até 2015, a mortalidade de crianças menores de 5 anos.	13. Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos; 14. Taxa de mortalidade infantil; 15. Proporção de crianças de 1 ano vacinadas contra o sarampo.

Fonte: PNUD (2005)

#### **Quadro 5 – Metas e Indicadores para reduzir a mortalidade infantil**

Segundo a Organização Mundial da Saúde, estima-se que mais de dois terços da mortalidade infantil resultam de uma combinação entre desnutrição e doenças, que poderiam ser evitadas através de serviços públicos mais bem estruturados e financiados.



Em levantamento realizado pelo PNUD (2003a), bebês do sexo masculino e feminino têm as mesmas chances de sobrevivência, mas bebês e crianças menores de cinco anos nascidas em áreas rurais possuem uma probabilidade de morrer de 20% a 50% maior do que as que nascem em áreas urbanas. Pesquisas sobre o ambiente doméstico mostram que crianças de famílias pobres possuem o dobro de probabilidade de morrer que crianças de famílias ricas.

**Tabela 1** – Taxa de mortalidade de crianças menores de 05 anos (%)

<b>Localidade</b>	<b>2000</b>	<b>2004</b>
Brasil	24,21	21,03
São Paulo	19,91	16,81
Pindamonhangaba	16,73	19,59

Fonte: Brasil. Ministério da Saúde – Mortalidade – São Paulo. 2006

Vacinas seguras e eficazes contra o sarampo são baratas e acessíveis. A doença pode ser varrida por uma campanha de imunização que atinja 90% de todas as crianças, mas a taxa de imunização caiu de 74% em 1990 para 72% em 2000 (PNUD, 2003a). O nível de imunização contra outras doenças infantis não é muito diferente.

Já foram encontradas soluções para muitos dos problemas de mortalidade infantil, porém, para colocá-las em prática, são necessários recursos para melhorar a eficiência dos serviços de saúde pública para atingir todos os povos de todas as regiões em todos os países.

### 2.5.5 Metas e indicadores para melhorar a saúde materna

<b>OBJETIVO 5:</b> Melhorar a saúde materna	
<b>Meta</b>	<b>Indicadores</b>
6. Reduzir em três quartos, até 2015, a taxa de mortalidade materna.	16. Taxa de mortalidade materna; 17. Proporção de partos assistidos por profissionais de saúde qualificados.

Fonte: PNUD (2005)

#### Quadro 6 – Metas e indicadores para melhorar a saúde materna

Mais de meio milhão de mulheres, nos países em desenvolvimento, morrem de complicações na gravidez ou no parto todos os anos. Dessas, aproximadamente 250.000 estão na África Subsaariana: uma morte a cada dois minutos (NAÇÕES UNIDAS, 2003).

Essas mortes podem ser evitadas por espaços maiores entre cada gravidez, melhor nutrição e atendimento pré-natal, parteiras e clínicas de emergência mais bem preparadas.

Em países industrializados, o risco de uma mãe morrer em trabalho de parto é de 1 em cada 4.100; na África Subsaariana, de 1 em cada 13 (PNUD, 2003a). O Brasil apresentou, em 2002, uma taxa de 1 morte a cada 1.500 partos.

### 2.5.6 Metas e indicadores para combater a AIDS, a malária e outras doenças

<b>OBJETIVO 6:</b> Combater a AIDS, a malária e outras doenças	
7. Até 2015, ter detido e começado a reverter a propagação da AIDS.	18. Taxa de prevalência de AIDs entre mulheres grávidas na faixa etária de 15 a 24 anos; 19. Utilização de anticoncepcionais; 20. Número de crianças órfãs devido á AIDS.

Meta	Indicadores
8. Até 2015, ter detido e começado a reverter a propagação da malária e de outras doenças.	21. Taxas de prevalência e de mortalidade ligadas á malária; 22. Proporção da população das zonas de risco que utilizam meios de proteção e de tratamento eficazes contra a malária; 23. Taxas de prevalência e de mortalidade ligadas á tuberculose; 24. Proporção de casos de tuberculose detectados e curados no âmbito de tratamentos de curta duração sob vigilância direta.

Fonte: PNUD (2003a)

#### **Quadro 7 – Metas e indicadores para o combate á AIDS, malária e outras doenças**

O sexto objetivo do milênio é combater a AIDS, a malária e a tuberculose. Em muitos países, por ignorância e falta de instrução, as pessoas não querem falar sobre a AIDS. Segundo o PNUD (2003a), o vírus possui quatro principais assistentes: o silêncio, a vergonha, o estigma e a superstição.

Segundo dados das Nações Unidas (2003), 20 milhões de pessoas morreram de AIDS desde que a doença foi identificada. Hoje, 40 milhões vivem com o HIV/AIDS. Metade dos novos infectados são pessoas na faixa etária de 15 a 24 anos.

Em 2001, houve 2.3 milhões de mortes relacionadas á AIDS na África Subsaariana, onde 8,4% dos adultos estão infectados e mais de 10 milhões de crianças tornaram-se órfãs pela doença.

A malária é comum em mais de 100 países, inclusive o Brasil. A prevenção e o tratamento podem evitar a maioria das mortes. Mulheres grávidas e bebês correm grande risco, porque a malária pode acarretar anemia materna e recém-nascidos

abaixo do peso, podendo chegar a matar o feto. Prevenção e tratamento imediato podem evitar muitas dessas mortes.

A tuberculose já foi considerada uma doença controlada, porém, o número de casos vem aumentando, na última década, na África subsaariana e sul da Ásia.

Existe tratamento eficaz para a doença, mas, em 1999, metade da população dos 23 países mais atingidos não tem acesso ao tratamento (PNUD, 2003a).

O sétimo objetivo trata da sustentabilidade ambiental. O meio ambiente é a fonte de tudo de que as pessoas precisam para viver e se desenvolver. As pessoas carentes são as que mais sofrem e mais rapidamente são atingidas quando o meio ambiente é destruído, pois elas normalmente obtêm da natureza a maior parte daquilo que precisam para sobreviver.

### **2.5.7 Metas e indicadores para a sustentabilidade ambiental**

Segundo dados do PNUD (2003a), atualmente mais de um bilhão de pessoas carecem de água potável de qualidade e mais de dois bilhões não tem acesso ao saneamento.

As pessoas precisam de uma fonte de água segura. Segundo as Nações Unidas (2003), nos últimos dez anos, cerca de um bilhão de pessoas obtiveram acesso a uma fonte de água tratada, mas ainda há outro bilhão que carece desse recurso. Um quarto dessa população encontra-se na África Subsaariana.

Ainda segundo as Nações Unidas, 2,4 bilhões de pessoas vivem sem formas seguras para dar destino aos dejetos humanos. Dessas, 80% vivem em áreas rurais,

mas esse também está se tornando também um problema nas favelas urbanas, que, além de já superpovoadas, crescem rapidamente.

Políticas e programas nacionais devem ser desenvolvidos pelo poder público a fim de viabilizar a sustentabilidade ambiental para as próximas gerações. É papel da sociedade fomentar ações que promovam o equilíbrio ambiental.

<b>OBJETIVO 7:</b> Garantir a sustentabilidade ambiental	
<b>Meta</b>	<b>Indicadores</b>
9. Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais até 2015.	25. Proporção da área de terras cobertas por florestas; 26. Área de terras protegidas para manter a diversidade biológica; 27. PIB por unidade de dispêndio de energia (como padrão para eficiência energética); 28. Emissões de Dióxido de Carbono ( <i>per capita</i> )
10. Reduzir à metade, até 2015, a proporção da população sem acesso sustentável à água potável segura.	29. Proporção da população com acesso sustentável a uma fonte de água tratada.
11. Até 2020, ter alcançado uma melhora significativa nas vidas de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados.	30. Proporção de pessoas com acesso à saúde pública de qualidade; 31. Proporção de pessoas com acesso ao direito de propriedade.

Fonte: PNUD, 2003a

#### **Quadro 8 – Metas e indicadores para garantir a sustentabilidade**

### **2.5.8 Metas e indicadores para uma parceria mundial para o desenvolvimento**

O oitavo objetivo do milênio é estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento. Esse desafiador objetivo envolve sete metas e dezesseis

indicadores. Segundo relatório do PNUD (2003a), a ONU tem observado com seriedade os temas envolvidos.

Muitos países em desenvolvimento têm gastos maiores com serviços de dívida do que com serviços sociais. Esses países precisam do apoio dos países industrializados e da comunidade internacional para lidar com os enormes problemas a que estão expostos.

<b>OBJETIVO 8:</b> Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento	
<b>Meta</b>	<b>Indicadores</b>
12. Avançar no desenvolvimento de um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não-discriminatório;	32. Ajuda Pública para o Desenvolvimento (ODA) como porcentagem da renda nacional bruta dos países doadores membros da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) e CAD (Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento); 33. Proporção de APD para serviços sociais básicos; 34. Proporção de APD sem vínculo; 35. Proporção de APD para o meio ambiente nos países insulares em desenvolvimento;
13. Atender às necessidades especiais dos países menos desenvolvidos	36. Proporção de APD para o setor de transporte em países insulares; 37. Proporção das exportações livres de taxas e quotas; 38. Tarifas médias e quotas para produtos agrícolas, têxteis e vestuários; 39. Subsídios agrícolas domésticos e para exportações nos países da OCDE; 40. Proporção da APD para promover o comércio.
14. Atender às necessidades especiais dos países sem acesso ao mar, pequenos Estados insulares em desenvolvimento.	35. Proporção de APD para o meio ambiente nos países insulares em desenvolvimento; 36. Proporção de APD para o setor de transporte em países insulares;

<b>Meta</b>	<b>Indicadores</b>
15. Tratar de forma ampla o problema da dívida dos países em desenvolvimento, fazendo uso de medidas nacionais e internacionais, tornando suas dívidas sustentáveis a longo prazo.	41. Proporção de cancelamento de débitos bilaterais dos PPME (Países Pobres Muito Endividados); 42. Percentual de serviço da dívida por exportação de produtos e serviços; 43. Proporção da APD concedida para aliviar as dívidas; 44. Número de países que alcançam os pontos decisivos e conclusivos dos PPME.
16. Em cooperação com os países em desenvolvimento, formular e executar estratégias que permitam trabalho digno e produtivo aos jovens.	45. Taxa de desemprego entre os jovens com idade de 15 a 24 anos.
17. Em cooperação com as empresas farmacêuticas, proporcionar o acesso a medicamentos essenciais nos países em vias de desenvolvimento.	46. Proporção da população com acesso a medicamentos essenciais de forma sustentável.
18. Em cooperação com o setor privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, especialmente nos setores de informação e comunicações.	47. Linhas telefônicas por 1.000 habitantes; 48. Computadores pessoais por 1.000 habitantes.

**Fonte: PNUD (2003a)**

#### **Quadro 9- Metas e indicadores para uma parceria mundial para o desenvolvimento**

Segundo as Nações Unidas (2003), o valor real da ajuda concedida aos países em desenvolvimento caiu cerca de 8% nos últimos dez anos. No ano de 2000,

apenas metade de toda ajuda foi concedida aos países com baixa renda, em comparação com os de renda intermediária.

Caso os países industrializados reduzam seu protecionismo comercial pela metade, os países em desenvolvimento poderiam receber cerca de US\$ 200 bilhões até 2015 (PNUD, 2003a). Os países em desenvolvimento precisam aumentar sua eficiência nos setores de comércio e os países desenvolvidos podem ajudar fornecendo ajuda para o comércio e compartilhando conhecimento e técnicas necessárias para o desenvolvimento de indústrias de exportação com níveis internacionais de competitividade.

A iniciativa dos Países Pobres Muito Endividados concede perdão de dívida dos países mais pobres e detentores dos maiores débitos do mundo. No fim do ano 2000, 24 países receberam perdão de dívidas que representariam hoje US\$ 36 bilhões (PNUD, 2003a). Contudo, muitos países gastam ainda mais com serviços de dívidas do que com despesas sociais básicas.

A meta 16 - trabalho decente - está relacionada com a maioria dos outros objetivos. Essa condição significa trabalho produtivo em que os direitos são protegidos, os salários são bons e há proteção social. Esse é o caminho para o desenvolvimento econômico e social, pois significa emprego, renda e proteção social sem sacrificar direitos trabalhistas e padrão de vida.

A meta 18 - novas tecnologias - diz respeito ao enorme potencial das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) para promover o desenvolvimento, especialmente dos países em desenvolvimento, que ainda não foi explorado.



Segundo as Nações Unidas (2003), 410 milhões de pessoas estão *on-line*, mas apenas 5% delas estão na África e na América Latina.

### **3 METODOLOGIA**

Para a elaboração deste estudo, utiliza-se os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Fundação SEADE, PNUD, Ministério da Saúde, IBAM, entre outros.

Os dados da Fundação SEADE foram sistematizados por meio da tabulação das variáveis disponíveis a fim de se obterem indicadores claros em seu significado.

A PNAD- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, empreendida pelo IBGE, é vastamente explorada por disponibilizar dados atualizados da situação dos domicílios das diversas cidades brasileiras, abrangendo os diversos aspectos sociais e econômicos e permitindo a percepção do modo de vida da população.

Na medida do possível, utilizou-se o Ministério da Saúde como fonte, pois não há registro de vários indicadores de saúde em nível local.

Os indicadores obtidos por meio da pesquisa foram transformados em gráficos, quadros e tabelas, no quais foram comparados com os dados do Estado de São Paulo e do País.

Sendo assim, empreendeu-se uma pesquisa social descritiva, associada a um estudo de caso, que utilizou o levantamento dos indicadores como instrumento de coleta de dados.

A pesquisa social é uma tentativa de definir um sentido para a vida em sociedade, tentar estabelecer padrões para o que ocorre á nossa volta. Deseja-se entender, prever o futuro (BABBIE, 2000).

Gil (1999) conceitua pesquisa social como o processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social, realidade essa que envolve aspectos referentes ao homem e seus relacionamentos com outros homens e instituições sociais.

Na tentativa de prever as consequências que decorrem de determinadas escolhas, tende-se a produzir os resultados desejados. Babbie (2000) sugere as seguintes precauções ao serem utilizados dados estatísticos:

- quem originalmente analisou os dados;
- se foi aplicado método correto;
- qual o propósito original da coleta dos dados;
- se o propósito da coleta dos dados afetaria sua análise;
- qual unidade foi utilizada para analisar os dados;
- se os dados são atualizados;
- quais variáveis foram analisadas na pesquisa.

Dentre os diversos níveis de pesquisa social, aborda-se a pesquisa descritiva.

A pesquisa descritiva trabalha com variáveis independentes e dependentes. Marconi e Lakatos (2000, p. 189) definem variável independente como a que influencia, determina ou afeta uma outra variável. As variáveis independentes são valores (fenômenos, fatores) a serem explicados ou descobertos, em virtude de serem influenciados pela variável dependente.

Após a identificação das variáveis, torna-se necessário confrontar a visão teórica do problema com os dados da realidade, ou seja, delinear a pesquisa. O delineamento considera o ambiente em que são coletados os dados, bem como o controle das variáveis envolvidas, sendo a etapa em que o pesquisador passa a considerar os meios técnicos para a investigação (GIL, 1999). O elemento mais importante para a identificação de um delineamento é o instrumento de coleta de dados.

Outro instrumento de coleta de dados utilizado em pesquisa descritiva é o estudo de caso. De acordo com Yin (2003), o estudo de caso é um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência.

O estudo de caso é amplamente utilizado pelos pesquisadores sociais, visto que explora situações da vida real, descreve a situação dentro do conceito da investigação e explica as variáveis de determinado fenômeno. Ele se aplica a esta pesquisa, pois segundo Yin (2003, p. 34), “o mais importante é explicar os vínculos causais em intervenções da vida real que são complexas demais para as estratégias experimentais ou aquelas utilizadas em levantamentos”.

O levantamento de dados tem-se mostrado uma atividade complexa e particularmente difícil, no entanto, não se identificam condições precedentes para serem comprovados os levantamentos a partir de uma posição pré-concebida.

Tem-se o objetivo de calcular os indicadores para o Município de Pindamonhangaba a partir dos dados primários levantados. Para essa finalidade se

estabeleceu um protocolo para a utilização na definição das categorias a serem verificadas.

O objetivo desse estabelecimento é aumentar a confiabilidade da pesquisa de estudo de caso e destina-se a orientar o pesquisador ao conduzi-lo (YIN, 2003, P. 89).

O protocolo, nesse caso, é o entendimento das dimensões das categorias (as oito metas do milênio) e o estabelecimento de atributos, ou indicadores para os diversos itens a serem pesquisados.

## **4 RESULTADOS**

O resultado desta pesquisa mostra o posicionamento atual dos indicadores das Metas do Milênio no Município de Pindamonhangaba. Ele é um panorama do resultado das ações até agora empreendidas e permite que as pessoas responsáveis pelo planejamento das ações futuras tenham uma base científica para confirmar as ações que foram bem sucedidas, que sejam alteradas aquelas que não atingiram plenamente as metas inicialmente estabelecidas e que sejam totalmente revistas as que não apresentaram resultados mínimos desejados. Esse painel mostra a potencialidade do Município em cumprir os compromissos do Milênio em nível local, proporcionar um futuro digno e justo para os munícipes e contribuir para uma elevação dos indicadores do Estado e do País.

### **4.1 Objetivo 1 – Erradicar a extrema pobreza e fome**

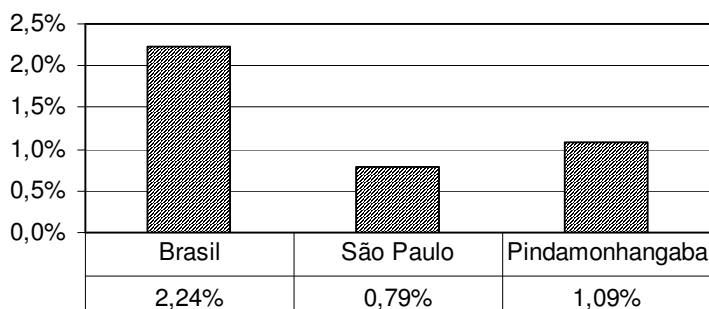
O acompanhamento das metas relativas à erradicação da pobreza e da fome envolve uma dificuldade relacionada às diferentes abordagens conceituais acerca da pobreza e às complexas e muitas vezes não consensuais decisões metodológicas para a adoção de uma medida que viabilize sua mensuração (SEADE, 2005).

Ao adotar-se a metodologia utilizada no Relatório Estadual de Acompanhamento 2005 (SEADE, 2005), optou-se por mensurar a população em situação de pobreza e indigência a partir dos critérios normativos dos programas sociais compensatórios, tomando-se como pobre a população que dispõe de renda

domiciliar mensal de até meio salário mínimo *per capita*, e, como indigente, aquela com até um quarto de salário mínimo *per capita*.

Embora haja uma definição explícita quanto ao indicador a se usar para o acompanhamento das metas relacionadas ao primeiro ODM – o PPC (Paridade do Poder de Compra) inferior a um dólar por dia, sua utilização envolve questões metodológicas ainda não plenamente consensuadas na literatura econômica (SEADE,2005).

Ao coletar os dados do Município referentes ao primeiro ODM, obtiveram-se:



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD

**Figura 3** – Porcentagem de pobres em 2000 (%)

A população pobre em Pindamonhangaba mostra-se menor que a metade do índice nacional, porém, está acima do índice do Estado de São Paulo. A exemplo do Estado, a população pobre da cidade é contemplada por programas sociais que visam contribuir para a redução da pobreza, conforme demonstra o Quadro 10.

Cada família só pode ser beneficiada por um auxílio por vez, seja ele federal estadual ou municipal, e desde que atenda aos critérios estipulados pelo programa.

O Município, também, dispõe do Banco do Povo Paulista que busca fomentar a geração de renda no município incentivando o pequeno empresário, com empréstimos a juros de 1% ao mês.

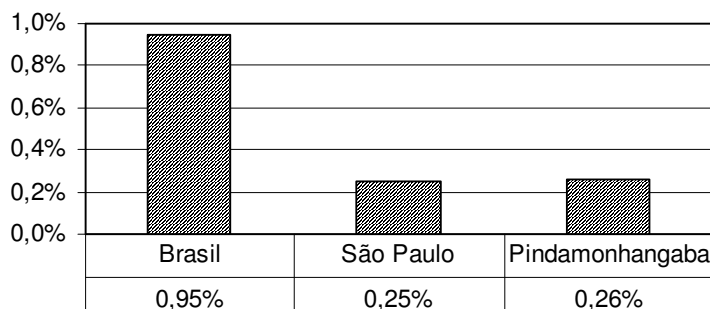
<b>Programa</b>	<b>Critérios</b>	<b>Auxílio</b>	<b>Origem</b>
Bolsa família	- apresentar renda per capita de R\$ 120,00 e possuir filhos menores. - apresentar situação de extrema pobreza com filhos menores.	- R\$ 15,00 por filho com o limite de 03 filhos por família; - em situação de extrema pobreza R\$ 60,00 mais R\$15,00 por filho com limite de 03 filhos por família.	Federal
Renda cidadã	- renda familiar de até um salário mínimo. - Residir em pólo de intervenção social.	- R\$ 60,00 por família.	Estadual
Ação Jovem	- jovem de 15 a 24 anos, matriculado em escola pública até o ensino médio. - renda familiar de 02 salários mínimos	- R\$ 60,00 por família.	Estadual
PEAD – Programa Emergencial de auxílio ao Desempregado	- família sem membros empregados, uma vaga na frente de trabalho da Prefeitura Municipal para o chefe ou arrimo de família, devidamente triado pela promoção social.	- Um salário mínimo e uma cesta básica.	Municipal

Fonte: Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba – CRAS, 2006

#### **Quadro 10 – Programas Sociais do Município**

A população indigente na cidade de Pindamonhangaba representava, em 2000, 0,26% da população do Município, porcentual semelhante ao do Estado (0,25%), e menor que a metade do índice do país (0,95%). A cidade reflete a tendência histórica do Estado de São Paulo, que tem mantido o nível de pobreza abaixo da média nacional.





Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD

**Figura 4** – População Indigente em 2000 (%)

Esse dado confirma a constatação do IBAM (2000) segundo a qual, em Municípios com população acima de 100 mil habitantes (como em Pindamonhangaba), a população de mais baixa renda é inferior à média nacional.

Inúmeros estudos têm sido efetuados com o objetivo de quantificar a população de mais baixa renda ou aquela que se situa abaixo da linha da pobreza, considerada indigente, e resultados diferentes têm sido obtidos.

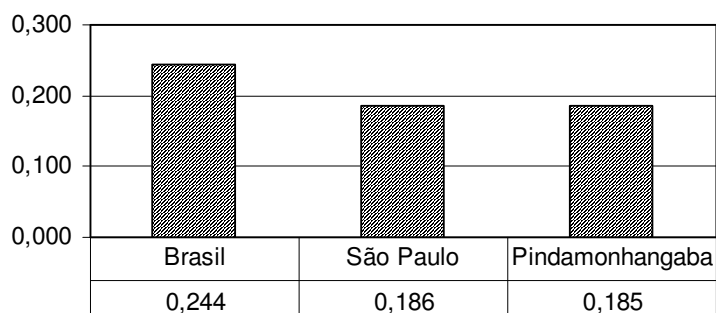
Ao analisar a população de baixa renda para cada Município, o IBAM desenvolveu o **Índice de Pobreza Municipal**, que utiliza o inverso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ou seja, a diferença entre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e a unidade (1).

Dessa forma, se o IDHM para o Brasil, em 2000, for de 0,756, o Índice de Pobreza Municipal para o Brasil, em 2000 (IPM), será de 0,244:

$$1 - 0,756 = 0,244$$

Para o Estado de São Paulo, o Índice de pobreza médio dos Municípios seria de 0,186 ( $1 - 0,814 = 0,186$ ) e para Pindamonhangaba esse indicador seria de 0,185

( $1 - 0,815 = 0,185$ ). Segundo a análise do IBAM, tanto o Estado quanto o Município de Pindamonhangaba apresentam baixos índices de pobreza municipal.



Fonte: IBAM, 2005.

**Figura 5** – Índice de Pobreza Municipal

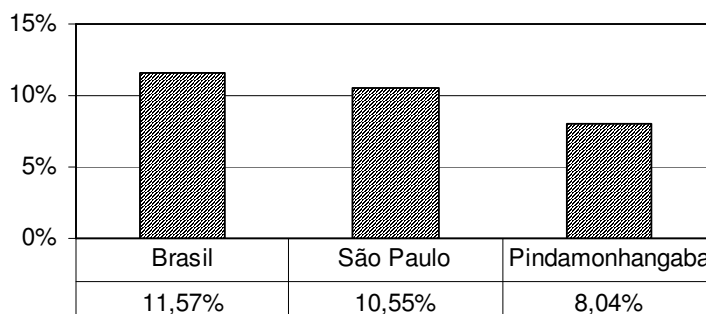
#### 4.2 Objetivo 2 – Universalizar a Educação Primária

Conforme o Relatório Estadual de Acompanhamento (SEADE,2005), se considerou como indicador de acompanhamento a taxa de escolarização por nível de ensino. Ela é definida como a proporção de crianças, adolescentes ou jovens – de determinada faixa etária – que freqüentam a educação infantil, ensino fundamental ou médio. Essa medida sintetiza os efeitos do nível de evasão e reprovação dos alunos, indicando o nível e o ritmo com que a população em idade escolar vai concluindo a escolarização básica.

Constatou-se, nesta pesquisa, que as informações relativas à educação estão entre as mais regularmente produzidas e disponibilizadas no País e no Estado. Os dados relativos a Pindamonhangaba estão inferiores ao do Estado e do Brasil o que indica que um melhor entendimento desse percentual deve ser levado a cabo, com a

máxima brevidade para que sejam elaborados planos de ação para a sua recuperação.

Ao coletar os dados, são obtidos:



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD

**Figura 6** – Taxa de escolarização de 04 a 06 anos em 2000 (%)

De responsabilidade municipal, a escolarização básica de crianças de 04 a 06 anos no Município apresenta-se abaixo dos índices do País e do Estado. A ampliação dos valores investidos no setor é conseqüência do aumento da arrecadação do Município, conforme demonstrado na tabela abaixo para o período de 1999 a 2001.

**Tabela 2** - Investimentos no Ensino Básico (milhões de Reais)

		1999	2000	2001
Pindamonhangaba	Total de Despesas Municipais - Educação e Cultura (Em reais de 2001)	18.542.971	20.731.401	21.518.740

Fonte: SEADE (2005)

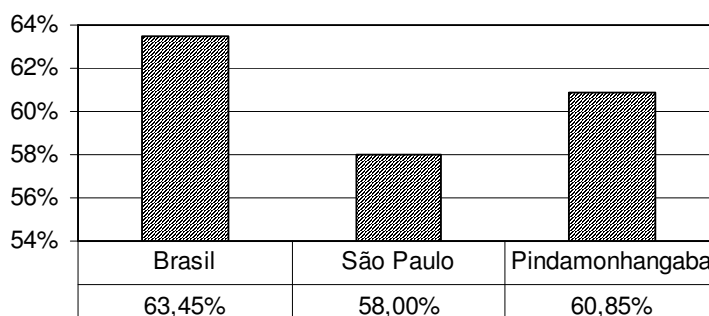
Considerando o ano de 2001, o orçamento geral do Município foi de R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de Reais). Desse valor, foram destinados para

aplicação em Educação e Cultura uma verba de R\$ 21.526.000,00 (vinte e um milhões, quinhentos e cinqüenta e seis mil Reais), correspondente aos 25% exigidos por lei. Desse valor, R\$ 6.550.000,00 (seis milhões, quinhentos e cinqüenta mil Reais) foram investidos na educação da criança de 0 a 6 anos.

O Município dispõe de 34 escolas de ensino infantil de 0 a 6 anos e de 11 creches, porém as vagas ainda são insuficientes para atender à demanda da cidade e investimentos constantes são necessários.

A universalização da educação infantil depende não apenas da ampliação da oferta de vagas, em particular pelo Poder Público Municipal, mas também de mudanças de comportamento sociocultural quanto ao engajamento mais precoce de crianças na pré-escola. Nesse contexto, há que se considerar a diminuição do nível de fecundidade das mulheres, que tem se mantido relativamente baixo há um bom tempo.

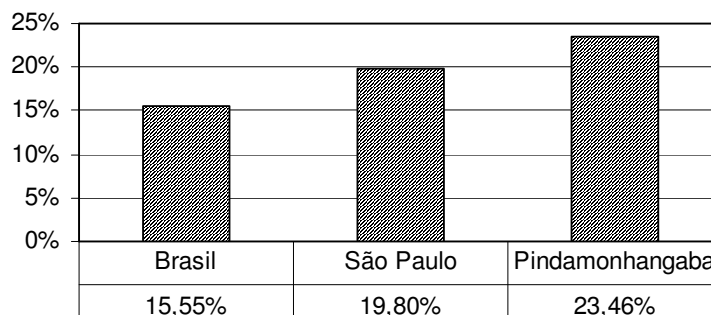
No ensino fundamental e médio, observa-se que o Município apresenta índices de freqüência acima dos índices do Estado.



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD

**Figura 7** – Freqüência ao ensino fundamental em 2000 (%)

O índice de freqüência ao ensino fundamental no Município supera o índice do Estado e assemelha-se ao índice do País.



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD

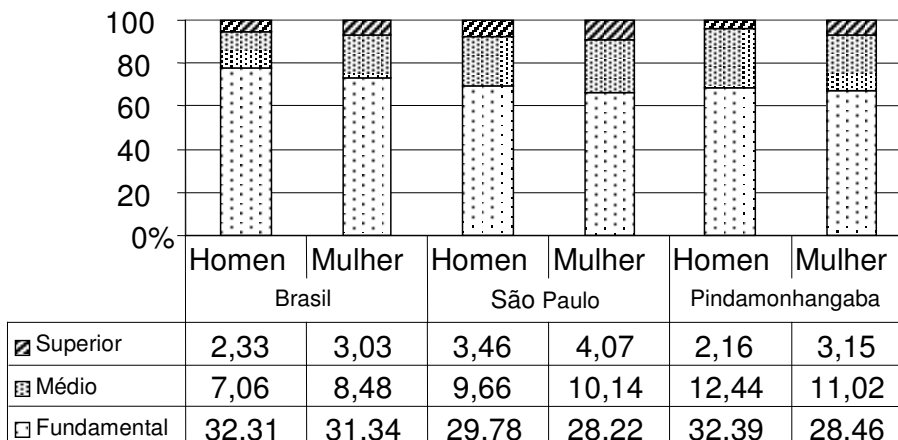
**Figura 8** – Freqüência ao ensino médio em 2000 (%)

No ano de 2001, R\$ 13.072.000,00 (Treze milhões e setenta e dois mil Reais) foram investidos no ensino fundamental pelo Poder Público Municipal.

Tendo-se em vista que para a universalização do ensino fundamental e médio a taxa de escolarização ideal seria de 100%, estamos distantes de atingi-la.

#### **4.3 Objetivo 3 – Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres**

Para o monitoramento da igualdade de gênero e autonomia da mulher, a ONU preconiza o uso de indicadores de acesso á educação, de inserção no mercado de trabalho e participação política. Segundo o SEADE (2005), são adotadas medidas que expressem diferenciais entre os sexos, como a razão entre o total de mulheres e homens freqüentando o ensino fundamental, médio e superior.

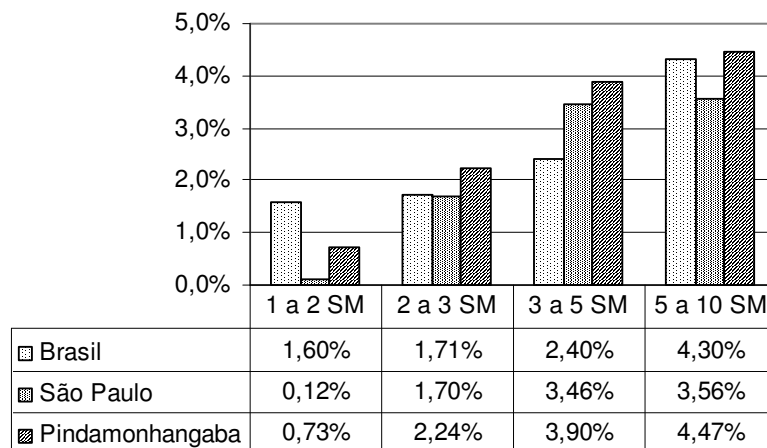


Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD

**Figura 9** – Taxa de escolarização feminina e masculina em 2000 (%)

Observe-se que, em relação ao ensino fundamental, o número de mulheres matriculadas é inferior ao de homens, em todos os níveis: País, Estado e Município. Já no ensino médio, apenas a taxa do Município permanece abaixo do índice nacional e estadual. Porém, no ensino superior a taxa do Município acompanha a tendência nacional e estadual e apresenta número maior de mulheres nas universidades.

Segundo o SEADE (2005), a escolha de indicadores de acesso à educação reflete a constatação empírica de que uma mulher mais escolarizada tem melhores oportunidades e mobilidade ocupacional no mercado de trabalho, além de ampliar suas possibilidades de participação política e social.



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD

**Figura 10** – Defasagem do rendimento feminino em relação ao masculino em 2000 (%)

Ao analisar-se a Figura-7, percebe-se que o desempenho feminino encontra-se constantemente defasado em relação ao masculino e a porcentagem aumenta proporcionalmente ao rendimento.

Segundo dados do SEADE (2005), no Estado de São Paulo, em 2003, o rendimento de uma trabalhadora equivalia, em média, a 62% do salário de um trabalhador do sexo masculino.

Esse diferencial tem sido explicado pelo tipo de ocupação exercido – elevada concentração de mulheres nos serviços domésticos, pela natureza da relação contratual – menor parcela com carteira de trabalho assinada, pela jornada de trabalho mais reduzida, e pela menor presença em postos de chefia e direção.

Em relação á participação política, a possibilidade de candidaturas femininas foi garantida com a introdução do sistema de cotas por sexo nas listas de candidatos ás eleições proporcionais (de 1998 e 2002), estabelecendo-se uma reserva de 30% das vagas para as mulheres. Mas o resultado ficou abaixo do esperado

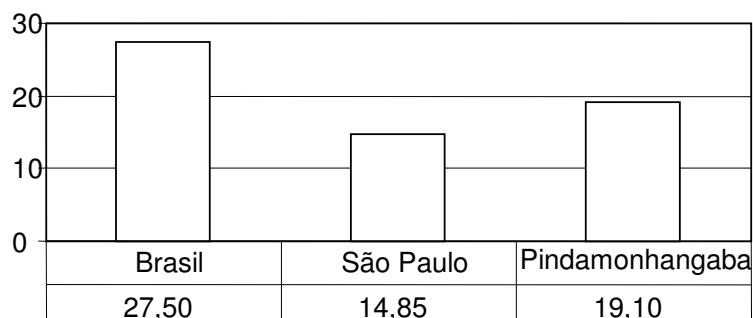
(SEADE,2005). Para as 645 Prefeituras paulistas, foram eleitas 34 mulheres, nas Câmaras de Vereadores a participação feminina atingiu 11% do total de vagas. Na Câmara Municipal de Pindamonhangaba, das nove vagas do legislativo apenas uma cadeira é ocupada por uma mulher. Em relação ao mercado de trabalho e a participação política, as condições permanecem desfavoráveis às mulheres.

#### **4.4 Objetivo 4 – Reduzir a mortalidade infantil**

A taxa de mortalidade infantil (de 0 a 1 ano) e a taxa de mortalidade na infância (de 0 a 4 anos) são medidas bastante usadas para avaliação das condições de vida e saúde de uma população, devido à vulnerabilidade dos segmentos mais pobres a fatores ambientais, disponibilidade e qualidade de serviços de saúde, condições de infra-estrutura de abastecimento de água e esgoto, além de fatores socioeconômicos, como baixos níveis de escolaridade das mães e insuficiência de renda. A maioria dos países com boas condições de saúde apresenta coeficiente inferior a 06 por 1.000 nascidos vivos. O ideal seria 0 por 1.000 nascidos vivos, mas isso não existe, embora a criança nasça para viver e não para morrer.



Em relação á taxa de mortalidade infantil, tem-se:



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD

**Figura 11** – Mortalidade Infantil por mil nascidos vivos em 2003

O índice do Município de Pindamonhangaba é inferior ao índice País, porém, ainda superior à média do Estado. Mesmo ao serem considerados os dados de 2004 (15,89), o Município de Pindamonhangaba ainda apresenta índice superior ao do Estado (14,25).

O interesse pelos fatores que vão agir na determinação de todas as categorias da mortalidade infantil é evidente, desde o início da gestação até o final do primeiro ano de vida (ALMEIDA et al., 1992).

Segundo Barreto (1948), a mortalidade infantil é o indicador mais sensível e importante do grau de desenvolvimento efetivo e também a medida do nível cultural de qualquer sociedade (IDEM).

Sabe-se que há importantes diferenças dentro de uma população, o que faz com que uns experimentem uma melhor qualidade de vida, em contraste com outros que adoecem e morrem com mais freqüência, muitas vezes por nosologias também

diferentes. Essas características entre os indivíduos não se devem apenas às suas características pessoais, inatas ou adquiridas, mas primordialmente, ao modo como a sociedade se organiza e como se reparte a renda entre as classes (IDEM).

A evolução do Estado reflete, principalmente, a redução da mortalidade pós-neonatal (entre o 29º dia após o nascimento e 1º ano de vida), associada a políticas e serviços conseqüência da melhoria da infra-estrutura domiciliar, como: saneamento básico, disponibilidade de atendimento à saúde materno-infantil e ampla cobertura das campanhas de vacinação no Estado.

A mortalidade infantil é avaliada pelas mortes ocorridas no primeiro ano de vida, constituída pelos componentes neonatal (menores de 28 dias de vida) e pós-neonatal (29º dia em diante). A mortalidade neonatal é dividida em precoce (menores de sete dias de vida) e tardia (do sétimo dia ao 28º). O coeficiente de mortalidade neonatal é a razão entre o número total de nascidos vivos no mesmo período multiplicado por 1.000.

Os fatores causais relacionados aos componentes neonatal e pós-neonatal da mortalidade infantil são diferentes. Nas primeiras semanas de vida, os agravos decorrentes das condições da gestação e nascimento predominam como causas da mortalidade. Após esse período, a maior interferência se dá pelas doenças diarréicas, respiratórias e imunopreveníveis.

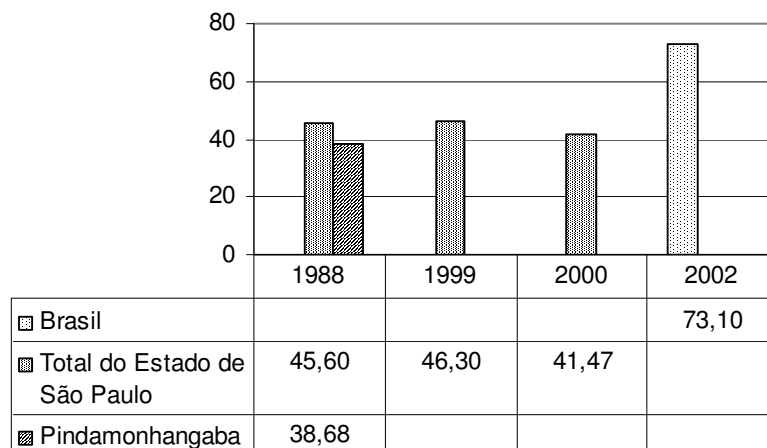
Os determinantes da mortalidade neonatal são múltiplos e complexos, relacionando-se à interação de variáveis biológicas, assistenciais e socioeconômicas. As variáveis biológicas referem-se à mãe e ao recém-nascido e são as causas diretas dos óbitos neonatais. O acesso aos serviços de saúde e a

qualidade da assistência prestada no pré-natal, sala de parto e os cuidados pós-neonataes ao recém-nascido, são variáveis assistenciais capazes de interferir nos fatores de risco biológicos e socioeconômicos para a mortalidade neonatal. As variáveis socioeconômicas indicam as condições em que vive a mãe, as quais são capazes de influenciar alguns efeitos das variáveis biológicas e dificultar o acesso a uma adequada assistência no período da gestação e nascimento (MARTINS; MELÉNDEZ, 2004).

#### **4.5 Objetivo 5 – Melhorar a saúde materna**

Segundo dados do SEADE (2005), a mortalidade materna corresponde á parcela de óbitos de mulheres decorrentes de doenças próprias da gravidez e do parto. O estudo cita entre várias causas a hipertensão arterial, hemorragias, infecções pós-parto e complicações decorrentes de aborto, todas passíveis de serem evitadas com assistência médica adequada.

No Brasil, há uma subnotificação expressiva das causas de morte materna na declaração de óbito, fazendo com que os indicadores computados sejam considerados. No Estado de São Paulo, verifica-se que tal subnotificação ocorre especialmente em localidades menos desenvolvidas, com menor sofisticação de diagnósticos e prestação de serviços de saúde (SEADE,2005).



Fonte: SEADE, 2006

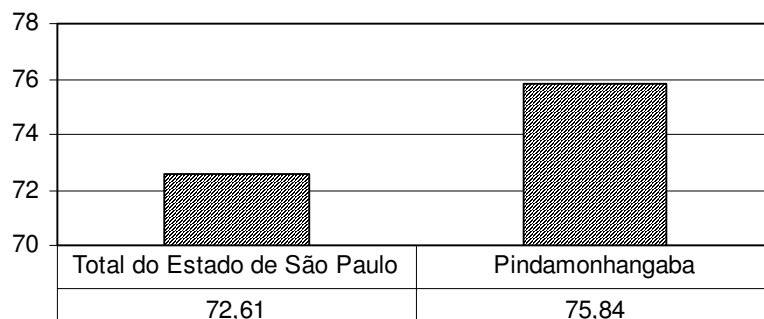
**Figura 12** – Mortalidade Materna por cem mil nascidos vivos

A exemplo do que ocorre no País, a ocorrência de óbitos maternos é subnotificado na cidade de Pindamonhangaba, estando disponível dados do ano de 1998, quando o índice de mortalidade estava abaixo do registrado no Estado.

Na comparação com o Brasil, em que a última taxa conhecida é de 2002 (73,1), o Estado apresenta a taxa de 35, menor que a metade da média nacional.

Alguns países, com boas condições de saúde, obtiveram taxa abaixo de 4,0 por 100.000 nascidos vivos.

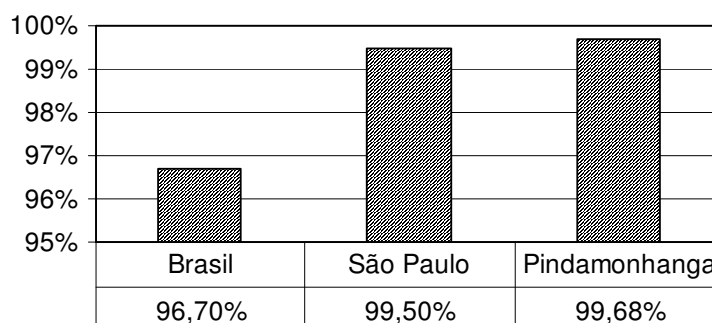
Porém, a média estadual ainda encontra-se muito distante da verificada em países desenvolvidos, onde se registram no máximo 28 óbitos de mulheres por cem mil nascidos vivos (SEADE,2005).



Fonte: SEADE, 2006

**Figura 13** – Porcentagem de mães que tiveram 7 ou mais consultas de pré-natal em 2004

O Município e o Estado apresentam altas taxas de consultas pré-natais, superiores em relação ao índice nacional. Em 2002, a taxa no País era de 49,1%. As sete consultas deveriam ser para 100% das mulheres.



Fonte: Brasil. Ministério da Saúde – Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos, 2007b.

**Figura 14** – Porcentagem de partos realizados em hospitais em 2002 (%)

A porcentagem de partos cesários *versus* partos normais realizados é um bom indicador de saúde materna, pois a ocorrência de partos naturais sinaliza positivamente para a saúde da mulher.

**Tabela 2 - Partos cesários x partos normais em 2003 (%)**

<b>Localidade</b>	<b>Partos cesários</b>	<b>Partos normais</b>
Brasil	41,02	58,98
São Paulo	51,63	48,37
Pindamonhangaba	55,30	44,70

Fonte: Brasil. Ministério da Saúde - Indicadores básicos de Saúde, 2007a.

O atendimento adequado à parturiente é reconhecidamente um dos fatores mais importantes para a redução da mortalidade materna, pois, quando realizado por pessoal qualificado, contribui para evitar complicações decorrentes do parto.

Apesar de a mortalidade materna afetar mulheres de todas as classes sociais, sua maior concentração se dá entre as mais pobres. Isso principalmente devido a problemas de acesso à informação sobre meios anticoncepcionais e aos programas específicos de saúde sexual e reprodutiva. Estratégias para universalizar a informação sobre esses serviços nas camadas mais pobres da população certamente contribuirão para resultados melhores (SEADE, 2005).

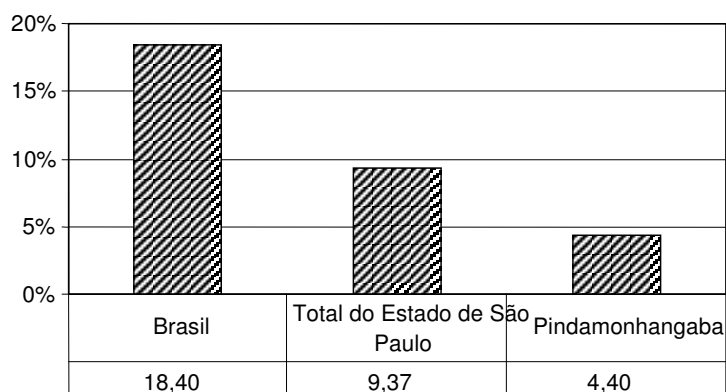
#### **4.6 Objetivo 6 – Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças**

Segundo dados do SEADE (2005), desde o primeiro caso de Aids registrado no Brasil, no início dos anos 80, seu perfil epidemiológico sofreu profunda alteração, com a ampliação da área geográfica de incidência, que partiu dos grandes centros urbanos para as regiões menos urbanizadas, e dos casos de infecção, inicialmente hemofílicos e homens homossexuais, atingindo crescentemente a população feminina.

O Estado de São Paulo apresentou a maior taxa de incidência do País até 2001 e depois foi ultrapassado pelos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Apesar de as taxas nacional e estadual apresentarem um comportamento similar com crescimento contínuo até 1998 e queda entre 1999 e 2001, observa-se maior decréscimo na taxa do Estado.

Segundo dados de 2003, a taxa de óbito por HIV/AIDS correspondia à metade da média nacional. No Município de Pindamonhangaba, a taxa é de 4,48%, menos da metade da média estadual.



Fonte: SEADE, 2006

**Figura 15** – Taxa de mortalidade por HIV/AIDS por cem mil habitantes em 2003 (%)

A ONU preconiza o combate às principais doenças tratáveis que acometem uma população, com foco especial nas doenças típicas de populações pobres.

Segundo dados do Ministério da Saúde (BRASIL, 2006a), no caso de Pindamonhangaba observa-se um padrão intermediário de mortalidade como:

**1º lugar** – óbitos ligados à doenças do aparelho circulatório;

**2º lugar** – óbitos ligados à violência;

**3º lugar** – óbitos ligados aos tumores.

**Tabela 3** – Taxas de incidência de HIV/AIDS, Tuberculose, Hanseníase e Malária em porcentagem para o ano de 2004 (%)

<b>Município</b>	<b>Doença</b>	<b>Porcentagem</b>
São Paulo	Tuberculose	39,87
	Hanseníase	0,59
Pindamonhangaba		Dados não disponíveis

Fonte: Brasil. Ministério da Saúde - Sistema de Informação de Agravos de Notificação-SINAN, 2007b.

Outros problemas que se destacam no Município estão relacionados à violência e aos acidentes de trânsito. No ano de 2006, o Município registrou 28 internações em decorrência de agressões e um total de 124 internações em decorrência de acidentes de transporte (Brasil, 2006a).

No ano de 2004, foram registradas, em Pindamonhangaba, 04 mortes causadas pela tuberculose e 07 mortes causadas pela AIDS/HIV.

A tuberculose é uma das enfermidades cuja incidência se espera reduzir até 2015, uma vez que sua ocorrência está relacionada às condições de vida e pobreza das populações atingidas. A maior parte dos doentes corresponde a jovens e adultos, portanto, na fase mais produtiva da vida, a maioria do sexo masculino (SEADE,2005). São Paulo é o 14º Estado brasileiro com maior incidência de casos por 100 mil habitantes.

Quanto á hanseníase, o estado de São Paulo registrava em 2003 taxa 0,59%, aceitável pela Organização Mundial de Saúde que preconiza como baixa prevalência da doença cifras inferiores a um.



A malária – endêmica em certas regiões do país, como a Amazônia – tem incidência muito baixa no Estado: 0,01% em 2003. O Índice Parasitário Anual, em 2002, era de 0,01 casos positivos por mil habitantes. Os locais de ocorrência de malária no Estado encontram-se próximos à Serra do Mar, na região do Vale do Ribeira.

O Estado de São Paulo não é região de malária, mas o quadro pode se reverter se o aquecimento global ocorrer, então, a malária poderá se instalar na região.

#### **4.7 Objetivo 7 – Garantir a sustentabilidade ambiental**

A preocupação com a sustentabilidade ambiental motivou diversas iniciativas de países, organizações não-governamentais e agências multilaterais de promoção de práticas mais responsáveis de gestão das questões ambientais. Uma dessas iniciativas é a Agenda 21, documento compromisso assinado durante a RIO-92, contendo as principais diretrizes que devem orientar as ações, em suas várias escalas geográficas, na direção do desenvolvimento sustentável (ALBAGLI, 1995).

É importante acompanhar em que medida os Municípios estão assumindo tais responsabilidades, por meio da criação de Conselhos Municipais de Meio Ambiente e convênios e/ou cooperações técnicas para efetivação de ações na área ambiental.

A integração dos princípios de desenvolvimento sustentável nos programas e na prática de gestão pública é algo recente no país. Em 2003, o número de Conselhos Municipais de Meio Ambiente implantados ainda era pequeno: 34,1% dos

municípios brasileiros e 28,8% dos paulistas dispunham de conselho desta natureza (SEADE,2005).

Em relação á gestão ambiental no Município de Pindamonhangaba, pode-se comprovar que não existe esforço nesse sentido:

O Município possui Conselho Municipal de Meio Ambiente	Não
Agenda 21	Não
Disposição de resíduos sólidos domésticos	Não
Enchentes	Não
Planos diretores locais e regionais	Não
Recuperação de áreas degradadas	Não
Sistema de captação e distribuição de água potável	Não <sup>2</sup>
Tratamento de esgoto urbano	Não
Uso de recursos naturais	Não
Zoneamento Ecológico-Econômico Regional	Não
Participa de Comitê de Bacia Hidrográfica	Sim
Quantidade de Comitês de Bacia Hidrográfica	1

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros - Meio Ambiente 2002

**Quadro 11** - Difusão de convênios e operações na área ambiental em Pindamonhangaba em 2002

Além de compromissos de natureza institucional, a ONU propõe que se faça um acompanhamento da efetividade das ações governamentais no provimento de serviços de infra-estrutura urbana, empregando indicadores como a população atendida pela rede de energia elétrica, de abastecimento de água, por serviços adequados de esgotamento sanitário e de coleta de lixo.

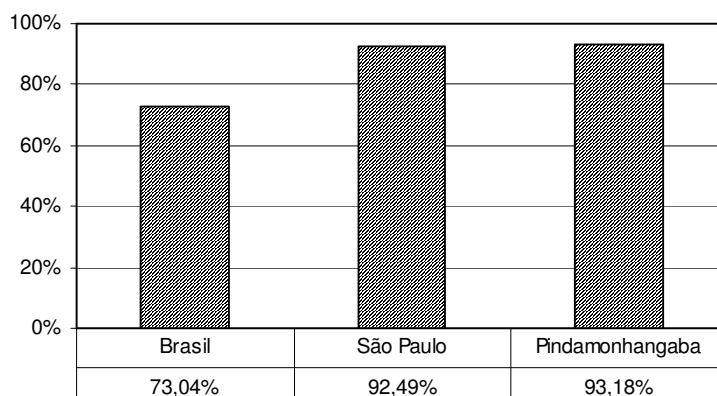
---

<sup>2</sup> A fonte está equivocada. O município dispõe do serviço.

Segundo o IBGE (2006), em 2003, 74,33% dos brasileiros consideravam bom o serviço de iluminação pública, para o Estado essa porcentagem era de 62,81%.

O acesso à água tratada por meio de rede de abastecimento é um dos serviços urbanos mais amplamente disponibilizados à população nos Municípios brasileiros: só superado pela rede de energia elétrica (SEADE,2005). Seus impactos positivos sobre as condições de saúde das crianças brasileiras são notáveis.

Em Pindamonhangaba, assim como no Estado de São Paulo, o acesso à rede de abastecimento de água é praticamente universal nas zonas urbanas.

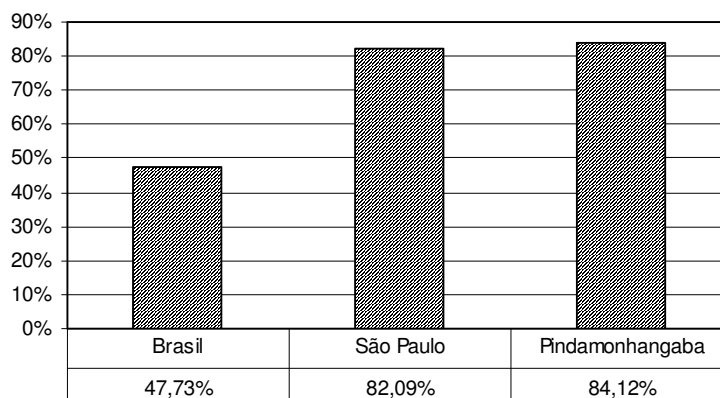


Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD

**Figura 16 – Existência de água canalizada em pelo menos um cômodo 2000 (%)**

O percentual de população atendida por rede coletora de esgoto ou fossa séptica é também elevado, tanto para o Município quanto para o Estado. Para o conjunto do País, é menor a parcela da população atendida: 73,04% dos moradores em domicílios urbanos.

Segundo o SEADE (2005), no Brasil cerca de um terço do atendimento de coleta de esgoto se dá por fossa séptica, enquanto em São Paulo a quase totalidade do acesso ao esgotamento sanitário se faz por meio de rede coletora pública.



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD

**Figura 17** – Existência de rede coletora de esgoto ou pluvial 2000 (%)

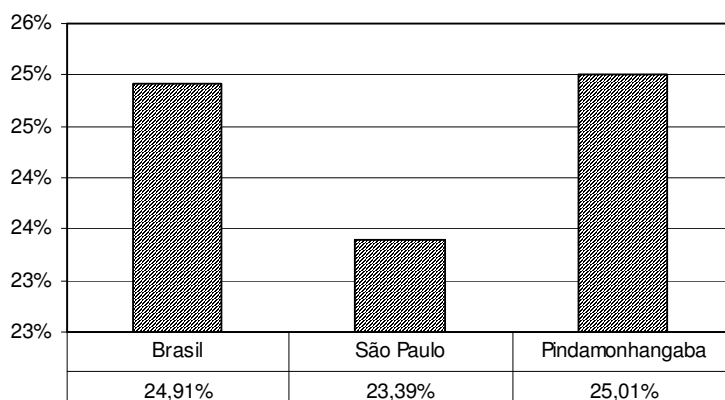
Pode-se concluir que, de modo geral, a população do Município e do Estado contam com um bom padrão de atendimento aos serviços básicos de infraestrutura preconizados pela ONU. Contudo, outras dimensões não analisadas revelam, no Estado, a existência de população vivendo em moradias precárias, áreas de risco, próximo á áreas ambientalmente degradadas, sem acesso aos serviços públicos e transporte. O tratamento de dejetos orgânicos e inorgânicos também é um dos desafios a serem enfrentados (SEADE,2005).

#### **4.8 Objetivo 8 – Parceria mundial para o desenvolvimento**

O oitavo objetivo preconiza a necessidade de garantir recursos, viabilizar parcerias e estabelecer estratégias de cooperação internacional para que os países mais pobres possam se desenvolver. Tal objetivo desdobra-se em metas difíceis de

acompanhar em escala subnacional, pois se referem a iniciativas exclusivas de competência da União.

Um dos indicadores do oitavo objetivo é a taxa de desemprego entre jovens de 15 a 24 anos, que aumentou significativamente no país.



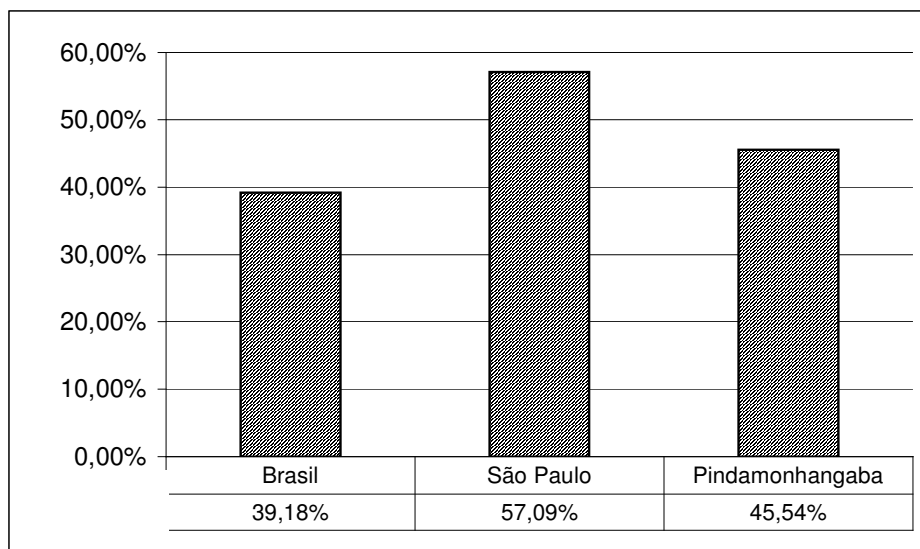
Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD

**Figura 18** – Taxa de ocupação de jovens de 15 á 24 anos 2000 (%)

A baixa taxa de ocupação resulta das fortes oscilações da conjuntura econômica nacional e da insuficiente criação de novos postos de trabalho, diante da demanda requerida, além da alta rotatividade que caracteriza o emprego nessa faixa etária (SEADE,2005).

No que diz respeito ao acesso aos recursos tecnológicos de comunicação e informática, o avanço é considerável, tanto no Estado quanto no país. A privatização e o ingresso de novas empresas no setor, além do barateamento das novas tecnologias de comunicação contribuíram para esse avanço.

Um dos desafios á continuidade da expansão do setor é a elevada inadimplência dos usuários, em especial entre os de baixa renda (SEADE,2005).



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD

**Figura 19** – Domicílios com linha de telefone fixo instalado 2000 (%)

A acessibilidade à Internet por parte da população de baixa renda, apesar do ritmo de expansão da “WEB”, só poderá ser garantida de forma mais rápida por meio de terminais públicos de acesso. No Estado existe um esforço nesse sentido, por meio de ações das três esferas de governo e de organizações não-governamentais.

No Município de Pindamonhangaba, há disponibilidade de microcomputadores conectados à Internet nas duas bibliotecas municipais da cidade, para fins de pesquisa escolar. Ainda não existem locais que disponibilizem o acesso a serviços por meio da *WEB*.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As considerações teóricas decorrentes deste trabalho relacionam-se a escolha do Município como unidade de análise. A diversidade entre Municípios paulistas é muito grande, especialmente quando se trata o problema do ponto de vista do porte demográfico das diferentes localidades: em São Paulo a população dos Municípios varia entre um mil e dez milhões de habitantes, ou seja, uma diferença de dez mil vezes (FÓRUM SÃO PAULO SEC. XXI, 1999).

O Município de São Paulo possui porte demográfico de um país como Portugal, enquanto alguns pequenos Municípios têm a população inferior àquela residente em determinados prédios da Região Metropolitana. Portanto, a comparação entre Municípios de portes tão diferenciados deve ser tratada com extremo cuidado. Enquanto o indicador de esperança de vida, por exemplo, tende a refletir uma realidade local relativamente homogênea quando referido a um Município de pequeno porte, pode estar refletindo uma gama enorme de situações heterogêneas numa localidade do porte de São Paulo.

Outro cuidado a ser observado é a falta de dados que leva à construção de indicadores de pouca representatividade, particularmente no caso da escolaridade. Por exemplo, a difícil comparação das informações disponíveis sobre matrícula, por sua captura em períodos diferentes do ano; a dupla contagem de alunos matriculados tanto na creche quanto na pré-escola; e a existência de cadastro incompleto das instituições de educação infantil.

Outra importante consideração deve ser dada à questão metodológica relacionada à obtenção dos indicadores de renda, principalmente no tocante às dificuldades geradas pela existência de rendas não monetárias no orçamento das famílias ou dos indivíduos. A consideração da renda *per capita* (familiar ou individual) como indicador da presença de pobreza pressupõe que formas não mercantis de produção de produtos e serviços não são importantes para a determinação do bem-estar dos indivíduos.

Em uma série de comunidades, como no caso das favelas, uma parte razoável da sobrevivência é garantida por mercadorias e serviços veiculados por “mercados locais” baseados principalmente em trocas não monetárias. Embora o dinheiro possa estar presente nesse tipo de troca, o preço do bem é alterado (normalmente para baixo) pela existência de reciprocidades baseadas na expectativa da retribuição de um favor, que faz parte do pagamento. Em comunidades tradicionais, esse tipo de “mercado”, baseado apenas parcialmente em trocas monetárias, pode chegar a ser predominante.

Esse problema coloca-se de maneira dramática em um estudo que inclui unidades muito heterogêneas, como nos trabalhos do PNUD. Quando se envolvem todos os países do mundo, considera-se que a Suécia e o Zimbábue, por exemplo, estruturam-se socialmente de maneira equivalente (FÓRUM SÃO PAULO SÉC. XXI, 1999).

Outras considerações teóricas deste estudo relacionam-se à eco-alfabetização. Ela é o primeiro passo na estratégia da sustentabilidade. Essas definições implicam que o primeiro passo correlacionado ao empenho para construir



comunidades sustentáveis deve ser em direção à “alfabetização ecológica”, i.e., entender os princípios de organização evolutiva dos ecossistemas na sustentação da teia da vida. Isso significa que a eco-alfabetização deve se tornar uma qualificação indispensável para políticos, líderes empresariais e profissionais em todas as esferas. Ela deverá ser a parte mais importante da escolaridade, em todos os níveis – desde a escola primária até a escola secundária, faculdades e universidades e na educação continuada e no treinamento de profissionais. (PAULI, 2000; HAWKEN; LOVINS; LOVINS, 1999).

Segundo os pensadores da pós-modernidade, Morin, Demasi, Maturana e outros, o segundo passo é movimentar-se da eco-alfabetização para a eco-estratégia. Tem-se que aplicar o conhecimento para o planejamento sustentado das tecnologias e instituições sociais, de modo a estabelecer-se uma ponte entre o planejamento humano e os sistemas ecologicamente sustentáveis da Natureza. (ANDERSEN, 1998; DUNN, 2001).

Eco-estratégia na acepção ampla da palavra consiste em direcionar os fluxos de energia e da matéria, para a finalidade humana. A eco-estratégia constitui um processo pelo qual os objetivos humanos são cuidadosamente entrelaçados com os padrões maiores e os fluxos do mundo natural. Os princípios das eco-estratégias refletem os princípios da organização evolutiva da natureza e que sustentam a teia da vida. Exercer a prática do planejamento industrial nesse contexto requer uma mudança fundamental de atitude para com a natureza, é despojar-se do conceito “o que podemos extrair da natureza”, substituindo por “o que podemos aprender com ela”. (HAWKEN; LOVINS E LOVINS, 1999; LAMB, 1999; DUNN, 2001).

Este estudo é um panorama do resultado das ações até agora empreendidas e permite que as pessoas responsáveis pelo planejamento das ações futuras tenham uma base científica para confirmar as ações que foram bem sucedidas, que sejam alteradas aquelas que não atingiram plenamente as metas inicialmente estabelecidas e que sejam totalmente revistas aquelas que não apresentaram resultados mínimos desejados. Este painel mostra a potencialidade do Município em cumprir os compromissos do milênio em nível local, proporcionar um futuro digno e justo aos munícipes e contribuir para uma elevação dos indicadores do Estado e do País.

O resultado desta pesquisa mostra o posicionamento atual dos indicadores das Metas do Milênio no Município de Pindamonhangaba; ela é o reflexo da complexa relação Estado e Sociedade, portanto, representa tanto acertos como erros. Na verdade, o objetivo é o de mostrar o desenvolvimento do Município de Pindamonhangaba e o seu alinhamento com as oito metas mundiais do milênio. Espera-se que ele sirva como uma amostra para os planejadores e formuladores de planos e políticas públicas. Não se tem a pretensão que ele seja conclusivo, único ou definitivo, ao contrário apenas é uma sugestão acadêmica que deve ser estudada e avaliada para se colocar em prática. É, sim, com certeza uma ferramenta útil para se mensurar as políticas públicas e privadas quanto às Metas do Milênio estabelecidas pela ONU.

A seguir apresenta-se o resultado observado nesta pesquisa para cada uma das metas do milênio.

- Objetivo 1 – Erradicar a extrema pobreza e fome:

A população pobre em Pindamonhangaba (1,09%) mostra-se menor que a metade do índice nacional (2,24%), porém, está acima do índice do Estado de São Paulo (0,79%), o que pode ser criticado ou salienta-se que deva ser dada atenção ao fato da ainda existência de população indigente no município. Em 2000, os indigentes, no Município de Pindamonhangaba, representavam 0,26% da população, percentual semelhante ao do Estado (0,25 %) e menor que o índice do País (0,95%). Esses dados são confirmados pelo Índice de Pobreza Municipal que apresenta a mesma distribuição relativa.

- Objetivo 2 - Universalizar a Educação Primária:

De responsabilidade municipal, a escolarização básica de crianças de 04 a 06 anos no Município (8,04%) apresenta-se abaixo dos índices do estado(10,55%) e do País (11,57%). O índice de freqüência ao ensino fundamental no município (23,46%), supera o índice do Estado (19,8%) e o índice do País (15,55%).

- Objetivo 3 - Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres:

Quanto à igualdade entre homens e mulheres em relação à taxa de escolarização, verificou-se que as mulheres estão muito desfavorecidas no Município (2,1%), enquanto no Estado (5,2%) e no País. (3,0%). Um indicador que chama a atenção é a defasagem de rendimento feminino quando se analisa a faixa de renda entre 1 e 2 salários mínimos (0,73), pois, em todas os demais intervalos de análise, o Município se apresenta com níveis superiores ao Estado e ao País. supera o índice do Estado (19,8%) e o índice do país (15,55%).

- Objetivo 4 - Reduzir a mortalidade infantil:

O índice no Município de Pindamonhangaba (19,1%) é inferior ao índice País (27,5%), porém, ainda superior à média do Estado (14,85%). Mesmo ao serem considerados os dados de 2004 (15,89), o Município de Pindamonhangaba ainda apresenta índice superior ao Estado (14,25).

- Objetivo 5 - Melhorar a saúde materna:

Esse é um indicador que merece atenção pela falta de dados, ou seja, que a conscientização deve ser feita desde os coletores de dados dos hospitais e saúde pública até a apresentação e elaboração dos indicadores. Os óbitos maternos são subnotificados na cidade de Pindamonhangaba, estando disponíveis dados do ano de 1998. Um problema enorme para aqueles que desejam avaliar e planificar o futuro. Trata-se de uma controvérsia, já que 99,68% dos partos realizados em Pindamonhangaba, são realizados em hospitais.

- Objetivo 6 – Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças:

A taxa de mortalidade por HIV/AIDS de Pindamonhangaba (4,4%) é menor que a metade do índice do Estado (9,37%) e cerca de 4 vezes menor que o índice do país (18,4%). Na verdade, observou-se que Pindamonhangaba apresenta um padrão de mortalidade de países desenvolvidos. Dessa forma, os planejadores municipais devem ficar atentos para a especificidade de Pindamonhangaba: destacam-se os dados referentes à violência e aos acidentes de trânsito. O Município registrou 28 internações por agressões e um total de 124 por acidentes de transporte em 2006.

- Objetivo 7 - garantir a sustentabilidade ambiental:

A população do Município conta com um bom padrão de atendimento aos serviços básicos de infra-estrutura preconizados pela ONU. Contudo, outras dimensões não

analisadas revelam a existência de população vivendo em moradias precárias, áreas de risco, próximas a áreas ambientalmente degradadas, sem acesso aos serviços públicos e transporte. Esse indicador é extremamente preocupante pois não se nota no Município Conselho Municipal de Meio Ambiente, nenhuma iniciativa relacionada à Agenda 21, disposição de resíduos sólidos domésticos, enchentes, planos diretores locais e regionais relacionados ao meio ambiente, enchentes, plano de recuperação de áreas degradadas, tratamento de esgoto urbano, o que deve ser estudado com maiores detalhes e profundidade.

- Objetivo 8 - Parceria mundial para o desenvolvimento:

O oitavo objetivo preconiza a garantia de recursos para que os países mais pobres possam se desenvolver. Tal objetivo desdobra-se em metas difíceis de acompanhar em escala subnacional, pois se refere a iniciativas exclusivas de competência da União. Mesmo assim, a taxa de ocupação de jovens de 15 á 24 anos em Pindamonhangaba (25,01) apresenta valores superiores ao Estado (23,39%) e ao País (24,91%).

Apesar das dificuldades na obtenção de alguns indicadores, verifica-se que Pindamonhangaba ocupa a 20<sup>a</sup> posição na classificação geral dos Municípios. Supõem-se que as Metas do Milênio devam merecer uma atenção especial já que não se verifica preocupação com o conhecimento, com o acompanhamento e menos ainda esforços no cumprimento dessas metas.

Devem ser elaborados estudos futuros no sentido de se verificar como os planejadores municipais elaboram planos sem dados referentes a fatores críticos da administração.

Quanto à violência, às doenças transmissíveis e à desigualdade feminina, recomendam-se trabalhos que fortaleçam os dados e as considerações tecidas neste trabalho.

O mundo não pode ficar pobre e exausto demais para ler, pensar e reverter o seu estado de pobreza e exaustão. (PANHOCA, SILVA e BORGES, 2006)

Como sugestão para a realização de novos estudos, seria interessante analisar-se qual é o desenvolvimento que se quer para o Município. Também fica como sugestão: o aprofundamento do estudo sobre os indicadores ecológicos de sustentabilidade.

Constatou-se, nesta pesquisa, que as informações relativas à educação, apesar das falhas na coleta, estão entre as mais regularmente produzidas e disponibilizadas no País e no Estado. Os dados relativos a Pindamonhangaba estão inferiores aos do Estado e do Brasil o que indica que um melhor entendimento desse percentual deve ser levado a cabo, com a máxima brevidade, para que sejam elaborados planos de ação para a sua recuperação.

## REFERÊNCIAS

ABBAT, J. **Inventing the internet**. MIT Press, 1999.

ALBAGLI, S. **Informação de desenvolvimento sustentável: novas questões para o século XXI**. Ciência da Informação. São Paulo, v. 24, n.1, 1995.

ALMEIDA, L et al. **Peso ao nascer, classe social e mortalidade infantil em Ribeirão Preto**, São Paulo. Cad. Saúde Pública. Vol.8 nº 2. Rio de Janeiro. abr/jun. 1992.

BABBIE, E. **The practise of social research**. 9. ed. Canadá: Thompson Learning, 2000.

BAERT, P. **Social theory in the twentieth century**. NY: New York University Press, 1998.

BANCO MUNDIAL. **Relatório do desenvolvimento mundial 2000/2001**. Brasília, 2002.

BARROSO, C. **Metas de desenvolvimento do milênio, educação e igualdade de gênero**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 123, p. 573-582, set./dez. 2004.

BECKER, B.K. **A Amazônia pós ECO-92**. In: BURSZTYN, M (org). Para pensar o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Brasiliense, 1993, pp. 129-143.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **A Agenda 21 e os objetivos de desenvolvimento do milênio: oportunidades para o nível local**. Caderno de Debate n 07, Brasília, DF. 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Morbidade Hospitalar do SUS por causas externas** – por local de residência – São Paulo. Disponível em <<http://tabenet.datasus.gov.br/egi/tabegi.exe?sih/cnv/erSP.def>>. Acesso em 27/12/06a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde . **Imunizações** – cobertura – São Paulo. Disponível em <<http://tabenet.datasus.gov.br/tabegi.exe?pni/cnv/epniSP.def>>. Acesso em 27/12/06b.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde . **Óbitos Maternos** – São Paulo. Disponível em <<http://tabenet.datasus.gov.br/egi/tabegi.exe?sim/eni/matSP.def>>. Acesso em 27/12/06c.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde . **Mortalidade** – São Paulo. Disponível em <<http://tabenet.datasus.gov.br/egi/tabegi.exe?sim/eni/obtSP.def>>. Acesso em 27/12/06d.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde . **Indicadores e dados básicos de saúde**. Disponível em <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?idb2005/f08.def>. Acesso em 03/02/2007a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos SINASC**. Disponível em <http://tabnet.datasus.gov.Br/cge/deftohtma.exe>. Acesso em 03/02/2007b.

BROWN, L, et. al. **State of the world 2001**. Washington, D.C.: Worldwatch Institute, 2001.

CAPRA, F. **The web of life**. New York: Anchor/Doubleday, 1996.

\_\_\_\_\_. **The hidden connections: integrating biological, cognitive, and social dimensions of life into a science of sustainability**. New York: Doubleday, 2002.

CASTELLS. M. **The information age: the rise of the network society**. London: Blackwell, 1996.

\_\_\_\_\_. **The information age: the power of identity**. London: Blackwell, 1997.

\_\_\_\_\_. **The information age: end of millenium**. London: Blackwell, 1998.

\_\_\_\_\_. Materials for an exploratory theory of the network society. **British Journal of sociology**. v.51, n.1, jan./mar., 2000.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1992, Rio de Janeiro. **Resumo – Agenda 21**. Centro de Informações das Nações Unidas no Brasil, Rio de Janeiro, 1993.

COUTINHO, J. A. **ONGs e políticas neoliberais no Brasil**. 2004. 246 f. Dissertação (Doutorado em Ciências Sociais), PUC – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004.

COUTINHO, J. A. ONGs caminhos e (des)caminhos. **Lutas Sociais**, São Paulo: PUC – Pontifícia Universidade Católica, v. 13/14, p.71-84, 1. semestre 2005.



DEMO, C. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

DOWBOR, L. **O que é Poder Local**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

FÓRUM SÃO PAULO SÉCULO 21, 1999, São Paulo. **Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS: os Indicadores de Responsabilidade Social**. Assembléia Legislativa de São Paulo, 1999.

GIDDENS, A. **Times higher education supplement**. London, 13 dec. 1996.

GIDDENS, A.; PIERSON T. **Conversas com Anthony Giddens: O sentido da modernidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

GIL, A.C. **Método e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

HABERMAS, J. **Problemas de legitimación en el capitalismo tardío**. José Luis Etcheverry, (Trad.). Buenos Aires: Amorrortu, 1973.

HAVEL, V. **Disturbing the peace**. London: Faber and Faber, 1990.

HAWKEN, P. **The ecology of commerce**. New York: HarperCollins, 1993.

HAWKEN, P.; LOVINS, A.; LOVINS, H. **Natural capitalism**. New York: Little Brown, 1999.

HELD, D. **Introduction to critical theory**. Berkeley: University of California Press, 1990.

HIMANEN, P. **Hakker ethic**. New York: Randon House, 2001,

HUTTON, W. ; GIDDENS, A. **Global capitalism**. New York: The New York Press, 2000.

HÜBNER, M.M. **Guia para elaboração de monografias, projetos de dissertação de mestrado e doutorado**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, Mackenzie, 2001.

IBAM -INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. **A quantificação da pobreza segundo os municípios brasileiros em 2000**. Rio de Janeiro, 2004.

\_\_\_\_\_. **O índice de desenvolvimento humano nos municípios brasileiros em 2000**. Rio de Janeiro, 2004.

IBGE -INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Perfil dos municípios brasileiros: gestão pública 2002**. Disponível em <[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?noticia](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?noticia)>. Acesso em: 24 Jun. 2005, 10:30.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em 22 nov. 2006, 16h48. KERSTENETZKY, C. **Os sentimentos morais da riqueza das nações: progresso e pobreza na economia política clássica**. In: XXVIII Encontro Nacional. Campinas: ANPEC, 2000.

LOVELOCK, J. **Healing Gaia**. New York: Harmony Books, 1991.

LUHMAN, N. The autopoiesis of social system. In **Essays on self-reference**. New York: Columbia University Press, 1990.

LUIZI, P. L. About various definitions of life. **Origins of life and evolution of the biosphere**. n. 28, pp.613-622, 1998.

MANDER, J. e GOLDSMITH, E. **The case against the global economy**. San Francisco: Sierra Club Books, 1996.

MARCONI, M.A., LAKATOS, E.M. **Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARGULIS, L. **Symbolic planet**. New York: Basic Books, 1998.

MARTINS, E.; MELÉNDEZ, G. **Determinantes da mortalidade neonatal à partir de um coorte de nascidos vivos**. Rev. Brás. Saúde Matern. Infant. vol 4 nº 4. Recife. out/dez. 2004.

MEADOWS, D. **Indicators and Information Systems for Sustainable Development: a Report to the Balaton Group**. The Sustainability Institute, 1998.

MORIN, Edgar. **Para sair do século XX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

NAÇÕES UNIDAS. **Roteiro das Metas**. Nova Iorque, Setembro, 2001.

\_\_\_\_\_. **Rumo ao objetivo do milênio de reduzir a pobreza na América Latina e o Caribe**. Santiago do Chile, Janeiro. 2003.

PANHOCA, L.; SILVA, O. M. P.; BORGES, F. **Estratégia e Gestão Social e Ambiental**: As metas de desenvolvimento do milênio no município de Pindamonhangaba. Anais do SLADE Brasil 2006. Encontro Luso Brasileiro de estratégia. Blaneário de Camburiú, SC: UNIVALI, 2006.

PAULI, G. **UpSizing**. New York: Greenleaf, 2000.

PETRAS, J. As ONGs na conjuntura de psicose de guerra. **PUC – Viva**, n.15. São Paulo: APROPUC, 2002.

PINDAVALÉ. **Pindamonhangaba: Localização Geográfica**. Pindamonhangaba, 2006. 1 mapa, color. Escala indeterminável. Disponível em: <<http://www.pindavale.com.br/mapas.asp>> acesso em 03 mai. 2006.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nova época. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA. CRAS – Centro de Referência de Assistência Social. **Programas Sociais do Município**. Pindamonhanba, São Paulo, 2006.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório sintético das atividades do PNUD no Brasil: 1960-2002**. Brasília, 2002.

\_\_\_\_\_. **Apresentação do PNUD**. Brasília, 2003a.

\_\_\_\_\_. **Vamos parar de descumprir promessas?** Brasília, 2003b.

PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESSAROLLO. **Informe sobre Dessarollo Humano 2005 - La cooperación internacional ante una encrucijada: ayuda al dessarollo, comércio y seguridad en un mundo desigual**. Nova Iorque, 2005.

QUIROGA R., “ **Indicadores de sostenibilidad ambiental y de desarrollo sostenible**: estado del arte y perspectivas” , CEPAL, 2001.

RODRIGUES, I.O; SANTOS, J.; OLIVEIRA, T.M.R. **Médio Vale do Paraíba do Sul: Estado, Políticas Públicas e Organização do Espaço – 1930/1980**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, n.54, p. 54-82, out./dez. 1992.

SCHWARTZMAN, S. **Pobreza, exclusão social e modernidade**: uma introdução ao mundo contemporâneo. São Paulo. Angarium Editora Ltda, 2004.

SEADE – FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Relatório de Estadual de Acompanhamento 2005**. São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. **Perfil Municipal de Pindamonhangaba**. São Paulo, 2006. Disponível em <http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php>> acesso em 22 nov. 2006.

SEN, A.K. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOHLER, F.A.S. **Modelo para otimização do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das organizações das Nações Unidas (ONU) composto pelos indicadores de educação, saúde e renda**. 2004. 79 f. Dissertação de Mestrado - Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2004.

SOROS, G. **The crisis of global capitalism: open society endangered**. New York: Public Affairs, 1998.

UNDP - UNITES NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM. **Human development report 1996**. New York: Oxford University Press, 1996.

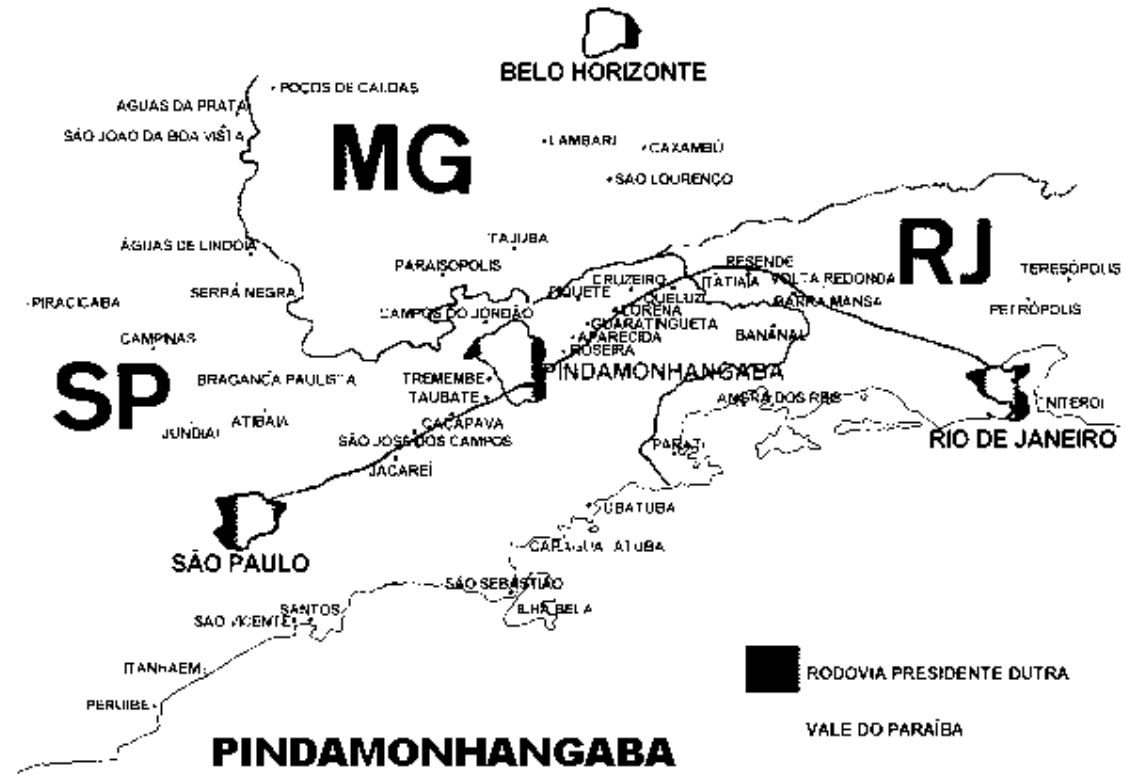
\_\_\_\_\_. **Human development report 1999**. New York: Oxford University Press, 1999.

UNITED NATIONS. **United Nations Millennium Declaration**. New York, September, 2000.

\_\_\_\_\_. **Implementation of the United Nations Millennium Declaration**. New York, July, 2002.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Daniel Grassi (Trad.). 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001

## ANEXO A - Localização geográfica do município



Fonte: Pindavale, 2006

## ANEXO B - Dados do Município

### Perfil dos Municípios

### PINDAMONHANGABA - SP



#### Território e População

	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
Área (Em km2)	2005	746	4.385	248.600
População	2005	139.800	537.178	39.949.487
Densidade Demográfica (Habitantes/km2)	2005	187,40	122,50	160,70
Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População - 2000/2005 (Em % a.a.)	2005	2,14	1,79	1,56
Grau de Urbanização (Em %)	2005	95,08	90,93	93,65
Índice de Envelhecimento (Em %)	2005	30,14	36,45	39,17
População com Menos de 15 Anos (Em %)	2005	25,90	24,72	24,43
População com Mais de 60 Anos (Em %)	2005	7,81	9,01	9,57
Razão de Sexos	2005	99,24	99,23	95,85

#### Estatísticas Vitais e Saúde

	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
Taxa de Natalidade (Por mil habitantes)	2004	16,55	15,64	15,94
Taxa de Fecundidade Geral (Por mil mulheres entre 15 e 49 anos)	2004	57,80	55,07	55,36
Taxa de Mortalidade Infantil (Por mil nascidos vivos)	2004	15,89	16,96	14,25
Taxa de Mortalidade na Infância (Por mil nascidos vivos)	2004	19,43	18,90	16,50
Taxa de Mortalidade da População entre 15 e 34 Anos (Por cem mil habitantes)	2004	119,49	142,25	152,66
Taxa de Mortalidade da População de 60 Anos e Mais (Por cem mil habitantes)	2004	4.344,12	4.178,40	3.960,17
Mães Adolescentes (com menos de 18 anos) (Em %)	2004	8,08	7,03	7,76
Mães que Tiveram Sete e Mais Consultas de Pré-natal (Em %)	2004	75,84	74,25	72,61
Partos Cesáreos (Em %)	2004	56,38	50,65	52,48
Nascimentos de Baixo Peso (menos de 2,5kg) (Em %)	2004	9,36	9,19	9,07
Gestações Pré-termo (Em %)	2004	6,46	6,80	7,67
Leitos SUS (Coeficiente por mil habitantes)	2003	0,86	2,19	1,97

#### Condições de Vida

Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
-----	-----------	-----------	--------

Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - Dimensão Riqueza	2000	52	...	61
	2002	45	47	50
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - Dimensão Longevidade	2000	66	...	65
	2002	62	65	67
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - Dimensão Escolaridade	2000	40	...	44
	2002	44	51	52
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS	2000	Grupo 2 - Municípios que, embora com níveis de riqueza elevados, não exibem bons indicadores sociais		
	2002	Grupo 2 - Municípios que, embora com níveis de riqueza elevados, não exibem bons indicadores sociais		
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM	2000	0,815	...	0,814
Renda Domiciliar <i>per Capita</i> (Em salários mínimos)	2000	2,19	2,60	2,92
Domicílios com Renda <i>per Capita</i> até 1/4 do Salário Mínimo (Em %)	2000	6,95	5,15	5,16
Domicílios com Renda <i>per Capita</i> até 1/2 do Salário Mínimo (Em %)	2000	15,92	12,56	11,19
<b>Habitação e Infra-estrutura Urbana</b>				
	<b>Ano</b>	<b>Município</b>	<b>Reg. Gov.</b>	<b>Estado</b>
Domicílios com Espaço Suficiente (Em %)	2000	88,30	87,98	83,16
Domicílios com Infra-estrutura Interna Urbana Adequada (Em %)	2000	90,86	91,15	89,29
Coleta de Lixo - Nível de Atendimento (Em %)	2000	97,80	98,74	98,90
Abastecimento de Água - Nível de Atendimento (Em %)	2000	97,50	96,40	97,38
Esgoto Sanitário - Nível de Atendimento (Em %)	2000	88,90	89,78	85,72
Esgoto Sanitário Tratado (Em %)	2003	87	NA	NA
Lixo Domiciliar/Comercial Destinado a Formas Sanitariamente Recomendáveis (Em %)	2003	10	NA	NA
<b>Educação</b>				
	<b>Ano</b>	<b>Município</b>	<b>Reg. Gov.</b>	<b>Estado</b>
Taxa de Analfabetismo da População de 15 Anos e Mais (Em %)	2000	5,57	6,16	6,64
Média de Anos de Estudos da População de 15 a 64 Anos	2000	7,80	7,70	7,64
População de 25 Anos e Mais com Menos de 8 Anos de Estudo (Em %)	2000	52,65	54,33	55,55
População de 18 a 24 Anos com Ensino Médio Completo (Em %)	2000	40,13	40,42	41,88

<b>Emprego e Rendimento</b>	<b>Ano</b>	<b>Município</b>	<b>Reg. Gov.</b>	<b>Estado</b>
Participação dos Empregos Ocupados da Agropecuária no Total de Empregos Ocupados (Em %)	2003	3,72	2,42	3,61
Participação dos Empregos Ocupados da Indústria no Total de Empregos Ocupados (Em %)	2003	40,14	26,17	23,08
Participação dos Empregos Ocupados da Construção Civil no Total de Empregos Ocupados (Em %)	2003	1,44	1,78	3,20
Participação dos Empregos Ocupados do Comércio no Total de Empregos Ocupados (Em %)	2003	19,08	18,83	17,79
Participação dos Empregos Ocupados dos Serviços no Total de Empregos Ocupados (Em %)	2003	35,62	50,79	52,33
Rendimento Médio nos Empregos Ocupados na Agropecuária (Em reais)	2003	385,14	366,38	529,87
Rendimento Médio nos Empregos Ocupados na Indústria (Em reais)	2003	2.004,70	2.268,21	1.451,38
Rendimento Médio nos Empregos Ocupados na Construção Civil (Em reais)	2003	1.158,42	612,65	901,60
Rendimento Médio nos Empregos Ocupados no Comércio (Em reais)	2003	612,08	659,25	840,50
Rendimento Médio nos Empregos Ocupados nos Serviços (Em reais)	2003	852,38	865,95	1.281,38
Rendimento Médio no Total de Empregos Ocupados (Em reais)	2003	1.256,11	1.177,44	1.202,95
<b>Economia</b>	<b>Ano</b>	<b>Município</b>	<b>Reg. Gov.</b>	<b>Estado</b>
Participação nas Exportações do Estado (Em %)	2005	0,870478	2,224012	100,000000
Participação da Agropecuária no Total do Valor Adicionado (Em %)	2003	1,86	2,02	7,70
Participação da Indústria no Total do Valor Adicionado (Em %)	2003	69,87	63,48	43,78
Participação dos Serviços no Total do Valor Adicionado (Em %)	2003	28,27	34,50	48,51
PIB (Em milhões de reais correntes)	2003	2.246,19	7.062,89	494.813,62
PIB <i>per Capita</i> (Em reais correntes)	2003	16.562,99	13.474,71	12.619,36
Participação no PIB do Estado (Em %)	2003	0,453947	1,427384	100,000000

Fonte: SEADE, 2006.